

CONVENÇÃO EUROPEIA

SECRETARIADO

Bruxelas, 23 de Abril de 2003 (24.04)

CONV 685/03

NOTA

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: Projecto de artigos sobre a acção externa do Tratado Constitucional

Conteúdo do documento:

Página 2: I. Principais elementos

Página 9: II. Quadro indicativo

Página 12: III. Artigos comentados

Nota explicativa: Principais elementos

1. A presente nota destina-se a expor a estrutura e o conteúdo propostos para os artigos relativos à acção externa da União. O documento em anexo inclui projectos de textos para os artigos 29.º e 30.º da Parte I, previstos na estrutura do Tratado apresentada em 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02), e contém os artigos pertinentes do Título B da Parte II da Constituição.
2. Os artigos traduzem para a linguagem do Tratado Constitucional as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa (Grupo VII) e do Grupo de Trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII), que recolheram um amplo apoio nos subsequentes debates da Convenção. Além disso, integram alterações decorrentes das questões horizontais já abordadas pela Convenção: personalidade jurídica única e simplificação dos instrumentos e processos. Incluem ainda um projecto de disposições relativas a uma "cláusula de solidariedade" para as Partes I e II, uma vez que o debate no plenário se revelou favorável à introdução de tais disposições na Constituição.
3. Tendo reflectido longamente sobre a situação actual e sobre os ensinamentos a retirar da crise no Iraque, o Praesidium entende que:
 - a) é preciso aceitar que o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum será inevitavelmente um processo gradual, que deverá ser realizado incentivando a convergência e a solidariedade mútua;
 - b) no entanto, é também preciso prever na Constituição mecanismos institucionais mais eficazes que permitam apoiar e assistir esse processo.

Estrutura global dos artigos da Parte II

4. Nos Tratados actuais, as bases jurídicas e as disposições específicas que descrevem as diversas políticas e acções externas da União/Comunidade estão inseridas em partes diferentes do texto. Seguindo a recomendação do Grupo VII, o novo texto reúne todas estas disposições num único Título da Constituição (Título B da Parte II), que está subdividido em seis capítulos. Alguns desses capítulos estão, por sua vez, divididos em subsecções.

Esta nova estrutura destina-se a oferecer uma perspectiva mais coerente do modo como a União pode actuar na arena internacional, assim como dos domínios em que o pode fazer. Não altera de forma alguma o facto de, em áreas políticas diferentes, serem aplicadas modalidades diferentes. Os processos de tomada de decisão, os instrumentos e o papel dos diversos intervenientes variam em função do domínio político em questão.

Artigos horizontais

5. Os dois artigos introdutórios do Título B têm carácter horizontal. O primeiro contém uma descrição dos princípios e dos objectivos globais pelos quais se deverá pautar a acção externa da União na cena internacional. O texto proposto é o recomendado pelo Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa. O segundo artigo, que substitui as anteriores disposições relativas às "estratégias comuns", estabelece a forma como o Conselho Europeu pode permitir à União mobilizar instrumentos que abrangem diferentes domínios políticos, a fim de concretizar a sua abordagem estratégica em relação a determinado país, região ou tema.

O "Ministro dos Negócios Estrangeiros"

6. O Grupo VII recomendou que se aumente a coerência da acção da UE e a clareza da representação da UE através da criação de um cargo dotado de "dupla função", que reúna numa só pessoa as funções de Alto Representante e de Comissário para as Relações Externas. Embora alguns tenham chamado a atenção para os riscos de tensões inter-institucionais, esta recomendação recebeu um amplo apoio no plenário. Os artigos reproduzidos em anexo foram redigidos partindo do princípio de que a Convenção pretende recomendar estas novas disposições, no âmbito das quais o titular da responsabilidade conjunta, a seguir designado por "Ministro dos Negócios Estrangeiros", será nomeado pelo Conselho Europeu, com a aprovação do Presidente da Comissão, e:
 - contribuirá para a elaboração da PESC/PESD, cuja implementação ficará a seu cargo; para tal, receberá um mandato do Conselho e não estará sujeito à aprovação do Colégio de Comissários;
 - terá responsabilidades específicas em matéria de relações externas (para as questões do antigo primeiro pilar), na qualidade de membro da Comissão. As decisões tomadas no âmbito da Comissão sobre esses domínios políticos continuarão a estar sujeitas à aprovação do Colégio de Comissários.
7. Todavia, no exercício do seu direito de iniciativa na área da PESC, o Ministro poderá procurar obter o apoio da Comissão; assim, poderá apresentar propostas conjuntas com a Comissão neste domínio.
8. Além disso, a Comissão e o Ministro poderão apresentar ao Conselho e ao Conselho Europeu propostas conjuntas que incidam tanto sobre aspectos da acção externa abrangidos pelo antigo primeiro pilar como sobre a PESC.

9. No que se refere à negociação de acordos internacionais, o Ministro será exclusiva ou essencialmente responsável pelos acordos no âmbito da PESC; a Comissão conservará o seu papel no tocante aos outros tipos de acordos. No caso de acordos que abranjam ambas as áreas, caberá ao Conselho designar o negociador ou o chefe da equipa de negociação.

Política Externa e de Segurança Comum (Capítulo 1.A)

10. Com base na abordagem descrita no ponto 3, sugerem-se os seguintes dois principais conjuntos de alterações:
- a) Alterações resultantes da criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, que desempenhará funções actualmente atribuídas ao Alto Representante, à Presidência e à Comissão. O Ministro terá, tal como os Estados-Membros, o direito de proposta para as questões do âmbito da PESC e um papel expreso na formulação e implementação das decisões políticas;
 - b) Alterações destinadas a incentivar o reforço da consulta prévia, a convergência recíproca de pontos de vista e a solidariedade mútua. É proposta uma disposição que prevê expressamente a realização de sessões extraordinárias do Conselho Europeu, sempre que os acontecimentos internacionais exijam uma abordagem comum da UE. Outra disposição confere ao Ministro poderes para garantir a coordenação das posições dos Estados-Membros nas organizações internacionais.
11. Conforme sugerido por um grande número de membros da Convenção, prevê-se um maior recurso à VMQ. Esta será aplicável sempre que o Conselho delibere sobre propostas conjuntas do Ministro e da Comissão; por outro lado, prevê-se uma cláusula de habilitação, nos termos da qual o Conselho Europeu poderá alargar o recurso à VMQ no Conselho para as questões relativas à PESC.

Política Europeia de Segurança e Defesa (Capítulo 1.B)

12. A Constituição estipula claramente, tanto no artigo 29.º da Parte I como na Parte II, que a PESD faz parte integrante da PESC. Alguns dos artigos relativos à PESD são novos e traduzem em disposições do Tratado as recomendações do Grupo VIII, bem como os acontecimentos significativos registados desde o Conselho Europeu de Colónia (1999).
13. As missões de Petersberg foram actualizadas e as disposições relativas à gestão de crises prevêm uma utilização mais coerente dos instrumentos civis e militares. Outro elemento fundamental é a introdução de diversas formas de flexibilidade, por forma a permitir que os grupos de países que desejem empreender uma cooperação mais estreita o façam no quadro da União.
14. Outra novidade é a criação da Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica, que tem por missão incentivar a melhoria das capacidades militares. A Agência permitirá que determinados grupos de Estados-Membros cooperem no âmbito de programas específicos, trazendo para o quadro da UE formas de cooperação que actualmente existem fora da União.

Disposições financeiras (Capítulo 1.C)

15. O Capítulo 1 inclui ainda disposições financeiras, que no essencial reproduzem as disposições actualmente em vigor. No entanto, prevêm-se novas disposições para o rápido financiamento de actividades urgentes no âmbito da PESC, em especial para a preparação das operações de gestão de crises.

Política comercial (Capítulo 2)

16. O novo texto destina-se a apresentar uma versão mais simples dos artigos actuais. Além disso, o papel do Parlamento Europeu foi reforçado, tanto para a aprovação de medidas autónomas como para a celebração de acordos internacionais.

Cooperação com os países terceiros (Capítulo 3)

17. Este capítulo reúne diversos tipos de assistência e cooperação externa, que agrupa nas seguintes três principais secções:

- I : Cooperação para o desenvolvimento;
- II : Cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros;
- III : Ajuda humanitária.

I. Cooperação para o desenvolvimento

18. O projecto de artigos salienta que as políticas da União Europeia e dos seus Estados-Membros se complementam e se reforçam mutuamente.

II. Cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros

19. A principal alteração proposta nestes artigos, o primeiro dos quais foi introduzido em Nice, consiste no reforço do papel do Parlamento Europeu. É sugerida uma nova base jurídica para a aprovação, por maioria qualificada, de medidas de assistência urgente.

III. Ajuda humanitária

20. O artigo relativo à ajuda humanitária é novo. Os Tratados actuais não prevêm nenhuma base jurídica específica para as acções humanitárias; no entanto, a ajuda humanitária foi mencionada como competência partilhada no projecto de artigo 12.º da Parte I da Constituição, elaborado pelo Praesidium. Os artigos propostos reconhecem o carácter específico da ajuda humanitária e o princípio de imparcialidade que implica, e salientam que é necessário que as acções da União e dos Estados-Membros se reforcem mutuamente. Foi também incluída uma proposta no sentido de que a União deverá organizar um "corpo de paz" voluntário para a ajuda humanitária.

Medidas restritivas (Capítulo 4)

21. Este capítulo conjuga num único artigo os dois artigos relativos às sanções existentes nos Tratados actuais e alarga o seu âmbito de aplicação (medidas não apenas contra Estados, mas também contra pessoas singulares e colectivas). Além disso, introduz uma disposição em matéria de informação do Parlamento Europeu.

Acordos internacionais (Capítulo 5)

22. O Grupo VII recomendou que as diversas disposições espalhadas pelos Tratados actuais, relativas aos processos de abertura e condução de negociações e de celebração de acordos internacionais, sejam reunidas num único capítulo. Esse capítulo estabelece os diversos tipos de acordo que a União Europeia pode celebrar e descreve os correspondentes processos, conservando embora a especificidade dos processos relativos aos acordos em matéria de taxas de câmbio.

Relações com as organizações internacionais e os países terceiros – Delegações da UE (Capítulo 6)

23. De acordo com as recomendações do Grupo VII, este capítulo prevê que as delegações da Comissão no estrangeiro passem a ser delegações da União Europeia, sob a autoridade do Ministro. São mencionadas as relações específicas da União Europeia com algumas das principais organizações internacionais.

II. Quadro indicativo: Artigos propostos para a acção externa da União em comparação com os Tratados actuais

| | Artigos novos | Artigos que retomam disposições dos Tratados existentes, quer parcialmente, quer com alterações substanciais | Artigos retomados dos Tratados existentes, sem alteração ou com pequenas alterações |
|---|---------------|--|---|
| PARTE I – TÍTULO V | | | |
| <u>Artigo 29.º</u> : Política Externa e de Segurança Comum | | ✓ | |
| <u>Artigo 30.º</u> : Política Europeia de Segurança e de Defesa | | ✓ | |
| PARTE II, TÍTULO B: ACÇÃO EXTERNA DA UNIÃO | | | |
| <u>Artigo 1.º</u> : Princípios e objectivos * | ✓ | | |
| <u>Artigo 2.º</u> | | ✓ | |
| CAPÍTULO 1: A. POLÍTICA EXTERNA | | | |
| <u>Artigo 3.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 4.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 5.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 6.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 7.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 8.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 9.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 10.º</u> | ✓ | | |
| <u>Artigo 11.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 12.º</u> | | ✓ | |

* Texto proposto pelo Grupo VII que integra os princípios e objectivos definidos nos Tratados existentes para cada política e domínio de acção.

| CAPÍTULO 1: A. POLÍTICA EXTERNA <i>(continuação)</i> | | | |
|--|---|---|---|
| <u>Artigo 13.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 14.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 15.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 16.º</u> | | ✓ | |
| B. POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA | | | |
| <u>Artigo 17.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 18.º</u> | ✓ | | |
| <u>Artigo 19.º</u> | ✓ | | |
| <u>Artigo 20.º</u> | ✓ | | |
| <u>Artigo 21.º</u> | ✓ | | |
| C. DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS | | | |
| <u>Artigo 22.º</u> | | ✓ | |
| CAPÍTULO 2: POLÍTICA COMERCIAL COMUM | | | |
| <u>Artigo 23.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 24.º</u> | | ✓ | |
| CAPÍTULO 3: COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES TERCEIROS E AJUDA HUMANITÁRIA | | | |
| I: COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | |
| <u>Artigo 25.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 26.º</u> | | | ✓ |
| <u>Artigo 27.º</u> | | ✓ | |
| II: COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS | | | |
| <u>Artigo 28.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 29.º</u> | ✓ | | |

| III: AJUDA HUMANITÁRIA | | | |
|---|---|---|---|
| <u>Artigo 30.º</u> | ✓ | | |
| CAPÍTULO 4: MEDIDAS RESTRITIVAS | | | |
| <u>Artigo 31.º</u> | | ✓ | |
| CAPÍTULO 5: ACORDOS INTERNACIONAIS | | | |
| <u>Artigo 32.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 33.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 34.º</u> | | | ✓ |
| CAPÍTULO 6: RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E DELEGAÇÕES DA UNIÃO | | | |
| <u>Artigo 35.º</u> | | ✓ | |
| <u>Artigo 36.º</u> | | ✓ | |

| PARTE I – TÍTULO V | | | |
|--|---|--|--|
| <u>Artigo X</u> : Cláusula de solidariedade | ✓ | | |
| PARTE II – CAPÍTULO X : SOLIDARIEDADE | | | |
| <u>Artigo X</u> : Aplicação da cláusula de solidariedade | ✓ | | |

TEXTOS DOS ARTIGOS COMENTADOS

PARTE I – TÍTULO V

Artigo 29.º

Política Externa e de Segurança Comum da União

1. A União Europeia compromete-se a conduzir uma política externa e de segurança comum, baseada num desenvolvimento gradual da solidariedade política mútua entre os Estados-Membros, na identificação gradual das questões que se revistam de interesse geral e na realização de um crescente grau de convergência das acções dos Estados-Membros.
2. O Conselho Europeu identificará os interesses estratégicos da União e fixará os objectivos da sua Política Externa e de Segurança Comum. O Conselho de Ministros elaborará essa política de acordo com as modalidades estabelecidas na Parte II da Constituição.
3. O Conselho Europeu e o Conselho de Ministros aprovarão as decisões necessárias.
4. A Política Externa e de Segurança Comum será posta em prática pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União.
5. Os Estados-Membros concertar-se-ão no âmbito do Conselho e do Conselho Europeu sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, a fim de definir uma abordagem comum. Antes de empreenderem qualquer acção no plano internacional ou de assumirem qualquer compromisso que possa afectar os interesses da União, os Estados-Membros consultarão cada um dos outros no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu. Os Estados-Membros assegurarão, através da convergência das suas acções, que a União possa fazer valer os seus interesses e valores no plano internacional. Os Estados-Membros serão solidários entre si.

6. O Parlamento Europeu será consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e será mantido ao corrente da sua evolução.
7. Em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros aprovarão decisões por unanimidade, com excepção dos casos previstos na Parte II da Constituição. Pronunciar-se-ão sob proposta de um Estado-Membro ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, apresentada a título individual ou em conjunto com a Comissão.
8. O Conselho Europeu poderá decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos que não os previstos na Parte II da Constituição.

Observações

1. *Este número descreve a natureza evolutiva da PESC, com base na crescente solidariedade mútua, na convergência das posições e na vontade política para actuar conjuntamente no plano internacional.*
2. *Este número visa o papel impulsionador do Conselho Europeu. A formulação corresponde à da recomendação n.º 3 do Grupo de Trabalho VII, que prevê que o Conselho Europeu definirá "os objectivos e interesses estratégicos" com base nos princípios e objectivos gerais da acção externa, tal como enunciados na Constituição (o Grupo VII propôs um texto sobre os princípios e objectivos da acção externa, incluído no artigo 1.º do Título B – Acção Externa – da Parte II). Este número enuncia ainda o papel central desempenhado pelo Conselho na elaboração da PESC com base nas orientações traçadas pelo Conselho Europeu. As modalidades são descritas na Parte II da Constituição.*
3. *Este número tem em conta o facto de, com base nas recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação, os instrumentos da PESC (acções, posições e estratégias comuns) terem sido substituídos por "decisões". Prevê-se igualmente que o Conselho Europeu aprove decisões (actualmente, "define as orientações gerais" e "decide sobre as estratégias comuns").*
4. *A PESC é posta em prática pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, cujas funções serão descritas no Título IV, relativo às instituições. No quadro das suas funções PESC, o Ministro poderá ser mandatado pelo Conselho e pelo Conselho Europeu para actuar em nome da União na cena internacional. Defenderá as posições da União e conduzirá o diálogo com os países terceiros e as organizações internacionais. Os Estados-Membros serão*

igualmente obrigados a respeitar e a executar as decisões tomadas a título da PESC. Fá-lo-ão recorrendo a meios nacionais, designadamente incumbindo as suas missões diplomáticas de efectuarem diligências, defenderem as posições da União ou votarem de acordo com as orientações acordadas nas instâncias internacionais. O papel desempenhado pelos Representantes Especiais será mencionado na Parte II.

5. *Este número evidencia a importância da cooperação sistemática e da solidariedade entre Estados-Membros, elementos essenciais da actividade PESC, dado que contribuem para a convergência de opiniões entre Estados-Membros e para o reforço da vontade política necessária para se definirem acções e posições conjuntas. A obrigação de consulta e de concertação sai reforçada por comparação com o Tratado UE, que reza: "Artigo 16.º: Os Estados-Membros informar-se-ão mutuamente e concertar-se-ão no âmbito do Conselho sobre todas as questões de política externa e de segurança comum que se revistam de interesse geral, de modo a garantir que a influência da União se exerça da forma mais eficaz, através da convergência das suas acções". (O princípio segundo o qual a actividade PESC não se limita aos trabalhos do Conselho em Bruxelas, desenvolvendo-se igualmente nos países terceiros e no seio das organizações internacionais, será explicitado na Parte II.).*
6. *Os elementos pormenorizados desta disposição serão expostos na Parte II da Constituição e incluirão as recomendações pertinentes do Grupo de Trabalho VII. O Grupo reconheceu que as actuais disposições do artigo 21.º do TUE são satisfatórias, devendo, no entanto, ser completadas de modo a incluir a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros nas tarefas descritas no artigo 21.º do TUE: consulta sobre os principais aspectos e as opções fundamentais, bem como informação sobre a evolução da PESC.*
7. *Este número contempla:*
 - a) o processo de decisão (continuando a unanimidade a ser a regra geral, embora com algumas excepções significativas) e*
 - b) o direito de iniciativa (partilhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – a título individual ou conjuntamente com a Comissão – e pelos Estados-Membros).*

A Parte II menciona as derrogações à regra da unanimidade actualmente previstas no Tratado:

- a) nomeação de um Representante Especial (n.º 2 do artigo 23.º do TUE),*
- b) execução de acções ou posições comuns existentes (n.º 2 do artigo 23.º do TUE, revisto de modo a ter em conta a simplificação dos instrumentos),*
- c) execução de estratégias comuns (n.º 2 do artigo 23.º do TUE, revisto para ter em conta a simplificação).*

Vêm acrescentar-se a esta lista, com base na recomendação n.º 8 do Grupo de Trabalho: as decisões do Conselho sempre que delibere sob proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros (para a PESC) e da Comissão (para os demais aspectos da acção externa).

O Grupo de Trabalho VII salientou que "de modo a evitar a inércia da PESC e a incentivar uma PESC proactiva, se deverá, tanto quanto possível, fazer uso das disposições existentes em matéria de recurso à VMQ e das disposições que permitem uma certa flexibilidade, com a abstenção construtiva." A disposição sobre a abstenção construtiva será mencionada na Parte II da Constituição. (Ver igualmente o ponto 9 infra.)

8. *O Grupo de Trabalho recomendou que se incluía na Constituição uma disposição que estabeleça a possibilidade de o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, alargar o âmbito de aplicação da VMQ pelo Conselho a outros domínios da PESC que não os previstos no Tratado Constitucional.*

P.M.: *Recorde-se que as disposições específicas da PESC não afectam as disposições das outras políticas e domínios da acção externa. O Título B da Parte II da Constituição estipula para cada política ou domínio da acção externa o processo de decisão, os instrumentos, o direito de iniciativa, bem como o papel a desempenhar pelos diversos intervenientes.*

P.M.: *A jurisdição do Tribunal de Justiça não abrange a PESC. Os domínios em que o Tribunal tem competência serão enumerados num outro artigo da Constituição. Por essa razão, não é necessário mencionar num artigo PESC a ausência de controlo jurisdicional pelo Tribunal. O Tratado prevê, em contrapartida, um controlo político sobre a execução da PESC, que será exercido pelo Conselho. As disposições pertinentes constarão da Parte II da Constituição.*

*

* *

Artigo 30.º

Política de Segurança e Defesa Comum

1. A Política de Segurança e Defesa Comum, que faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum, garantirá à União uma capacidade operacional apoiada em meios militares e civis. A União poderá empregá-los em missões fora da União tendo em vista a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.

2. A Política de Segurança e Defesa Comum incluirá a definição gradual de uma política de defesa comum da União; esta conduzirá a uma defesa comum, logo que o Conselho Europeu assim o decida, deliberando por unanimidade. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que aprovem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.

A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a Política de Segurança e Defesa Comum adoptada nesse âmbito.

3. Os Estados-Membros porão à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum capacidades militares e civis de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho.

Os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares. Será instituída uma Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica para identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer e, sendo caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, bem como para prestar assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares.

Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.

4. As decisões relativas à execução da Política de Segurança e Defesa Comum, incluindo as que digam respeito ao lançamento de uma missão referida no presente artigo, serão aprovadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou de um Estado-Membro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros poderá propor que se recorra aos meios nacionais e aos instrumentos da União, sendo caso disso, em conjunto com a Comissão.
5. O Conselho poderá confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros. A realização dessa missão reger-se-á pelas disposições do artigo 18.º da Parte II, Título B, da Constituição.
6. Os Estados-Membros que preencham elevados critérios em termos de capacidades militares e que tenham assumido entre si compromissos mais vinculativos nesta matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecerão uma cooperação estruturada no âmbito da União. Essa cooperação reger-se-á pelas disposições do artigo 20.º da Parte II, Título B, da Constituição.
7. Enquanto o Conselho Europeu não tiver deliberado de acordo com o n.º 2 do presente artigo, será instituída uma cooperação mais estreita, no âmbito da União, em matéria de defesa mútua. A título dessa cooperação, caso um dos Estados que nela participam seja alvo de uma agressão armada no seu território, os outros Estados participantes prestar-lhe-ão, em conformidade com o disposto no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, militares e outros. As regras de participação e funcionamento, bem como os processos de decisão inerentes a esta cooperação, constam do artigo 21.º da Parte II, Título B, da Constituição.
8. O Parlamento Europeu será consultado quanto aos aspectos principais e às opções fundamentais da Política de Segurança e Defesa Comum e mantido ao corrente da sua evolução.

Observações

O anteprojecto de Tratado Constitucional prevê um artigo separado, no âmbito do Título V, relativo ao "exercício das competências da UE", intitulado "Política de Defesa Comum".

Este artigo tem por objectivo apresentar os instrumentos e os procedimentos de execução da Política de Segurança e Defesa Comum. Uma das características essenciais da Política de Segurança e Defesa Comum é o seu carácter único. Dota a União de capacidade operacional, mas os meios militares de que a União pode dispor para executar essa política são meios nacionais.

A Política de Segurança e Defesa Comum é reconhecida como fazendo parte integrante da PESC. A política de defesa comum está a ser gradualmente definida. Como tal, optou-se por chamar a este artigo "Política de Segurança e Defesa Comum" (expressão que não figura actualmente no Tratado, mas que é comumente utilizada desde o Conselho Europeu de Colónia, de Junho de 1999).

- 1. O n.º 1 evidencia a especificidade da Política de Segurança e Defesa Comum, ou seja, a capacidade operacional desenvolvida desde o Conselho Europeu de Colónia, de Junho de 1999. As missões referidas neste número são definidas com maior precisão no artigo 17.º da Parte II da Constituição. Abrangem tanto as missões de Petersberg que figuram já no Tratado, como as recomendadas pelo Grupo de Trabalho VIII e que a Convenção acordou em acrescentar.*

O elemento relativo à manutenção da paz e ao reforço da segurança internacional de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas figura já no terceiro travessão do n.º 1 do artigo 11.º do TUE e visa definir, de forma sintética, essas missões.

- 2. O n.º 2 parafraseia o primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º do TUE, que faz referência à possibilidade de uma defesa comum.*

O sentido da segunda frase deste número foi, contudo, reforçado. Considera a defesa comum como uma consequência lógica da política de defesa comum, constituindo, pois, um objectivo dessa política a atingir pelo Conselho Europeu logo que este assim o decida, deliberando por unanimidade.

A terceira frase do primeiro parágrafo é retomada do primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º do TUE.

P.M.: N.º 1, primeiro parágrafo do artigo 17.º do TUE:

"Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adoptem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais."

O segundo parágrafo deste número retoma directamente o segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º do TUE, especificando que a política na acepção do presente artigo não afectará nem a política nacional dos Estados-Membros neste domínio, nem os compromissos assumidos por certos Estados no âmbito do Tratado de Washington.

P.M. Segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º do TUE

"A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito."

3. *O n.º 3 explica a outra particularidade da Política de Segurança e Defesa Comum – execução mediante recurso aos meios nacionais. Ambas as formas de capacidades (civis e militares) têm sido desenvolvidas em paralelo pelos Conselhos Europeus desde 1999 e pelas sucessivas conferências de melhoramento das capacidades militares e das capacidades civis.*

O segundo parágrafo, que segue as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Defesa, prevê que os Estados-Membros se comprometam a melhorar as suas capacidades militares. Caberá ao Conselho, coadjuvado pela Agência de Armamento e de Investigação Estratégica, avaliar esse compromisso. Neste número, a Agência é designada de acordo com as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Defesa. Existe já no actual Tratado uma base jurídica relativa à cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento (terceiro parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º: "A definição gradual de uma política de defesa comum será apoiada por uma cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento, na medida em que estes a considerem pertinente."). O presente artigo institui formalmente a Agência e descreve as suas principais missões. O funcionamento da Agência reger-se-á pelas disposições do artigo 19.º da Parte II, Título B, da Constituição.

Convém recordar que este processo de avaliação referido no fim do segundo parágrafo se encontra já assegurado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento das Capacidades (MDC) aprovado pelos Estados-Membros. Trata-se, no presente artigo, de o consagrar na Constituição.

O terceiro parágrafo contém disposições que permitem integrar no quadro da União as forças multinacionais criadas por certos Estados-Membros. Trata-se de unidades militares multinacionais que dispõem de quartéis-generais ou de Estados-Maiores. É o caso do Eurocorpo (forças terrestres: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo), da Eurofor (forças terrestres: Espanha, França, Itália, Portugal), da Euromafor (forças marítimas: Espanha, França, Itália, Portugal), do Grupo Aéreo Europeu (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Reino Unido), da Divisão Multinacional (Centro)

(Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Reino Unido) e do Estado-Maior do Primeiro Corpo Germano-Neerlandês (Alemanha, Países Baixos, Reino Unido). Existem igualmente outras forças multinacionais constituídas entre Estados-Membros que não possuem, contudo, quartéis-generais comuns (como a Força Anfíbia Anglo-Neerlandesa e a Força Anfíbia Hispano-Italiana).

4. *O n.º 4 prevê o processo decisório relativo à execução da Política de Segurança e Defesa Comum. Refere igualmente, em conformidade com as recomendações dos Grupos VII e VIII, o direito de iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros. A Comissão não dispõe de direito de iniciativa em matéria de defesa. No que se refere ao recurso aos meios militares ou aos instrumentos da União, o Ministro, dadas as suas responsabilidades em matéria de PESC, pode propor que se recorra às capacidades militares, civis e diplomáticas dos Estados-Membros (evidentemente depois de consultar os Estados-Membros) ou, conjuntamente com a Comissão, a outros instrumentos de que a União dispõe (por exemplo, assistência técnica, ajuda ao desenvolvimento, etc.).*
5. *Este número permite que se estabeleça uma cooperação mais estreita com vista à execução de determinada missão sempre que nem todos os Estados se queiram envolver na condução de uma operação. A decisão sobre o lançamento de uma operação, o seu objectivo, alcance e regras gerais de execução será tomada pelo Conselho, deliberando por unanimidade (nos termos do disposto no n.º 4 do mesmo artigo), pelo que a operação será uma operação da UE. Poder-se-á, contudo, imaginar que alguns Estados, embora estejam de acordo com o seu lançamento, não desejem efectuar essa operação ou não disponham das capacidades suficientes ou adequadas para o fazer. Nesse caso, os outros Estados-Membros terão a possibilidade de conduzir a operação nos termos do disposto neste número. As modalidades de condução de uma operação por um grupo de Estados-Membros ao abrigo deste número encontram-se descritas no artigo 18.º da Parte II, Título B, da Constituição.*
6. *O Grupo de Trabalho sobre a Defesa constatou que a vontade de empenhamento em matéria de capacidades militares tendo em vista algumas das missões mais exigentes, já previstas no Tratado, como, por exemplo, o restabelecimento da paz, é muito diversificada entre os Estados-Membros. O n.º 6 prevê, por conseguinte, e de acordo com o relatório do Grupo, que seja estabelecida na Constituição uma forma de cooperação entre os Estados-Membros que disponham de um nível elevado de capacidades militares e tenham assumido entre si compromissos mais exigentes em matéria de capacidades. Uma das condições de participação na cooperação estruturada seria o preenchimento de determinados critérios em matéria de capacidades militares. As modalidades dessa cooperação encontram-se descritas no artigo 20.º da Parte II da Constituição.*

Esta forma de flexibilidade permitiria institucionalizar e incluir no âmbito da União operações que envolvem actualmente os Estados-Membros através das "coligações de vontades"; a mais-valia consistiria em que uma disposição deste tipo permitiria o seu envolvimento no quadro da União, contando, pois, com o apoio político de todos os Estados-Membros.

7. *Em conformidade com o relatório do Grupo VIII e com grande número de intervenções na sessão plenária da Convenção, este número institui uma cooperação mais estreita que permite que os Estados que o desejem reassumam, no âmbito da União, o compromisso de assistência mútua consignado no artigo V do Tratado de Bruxelas.*

Após a decisão do Conselho Europeu por força do n.º 2 e a consequente instituição de uma defesa comum, o presente número tornar-se-á obsoleto.

8. *Este número garante que o Parlamento Europeu será consultado e informado no domínio da Política de Segurança e Defesa Comum.*

○

○ ○

Seguindo a lógica de que a Política de Segurança e Defesa Comum faz parte da PESC, não foram incluídos outros elementos, como o papel do Comité Político e de Segurança ou dos Representantes Especiais; as disposições pertinentes do artigo 29.º da Parte I aplicam-se, pois, igualmente à Política de Segurança e Defesa Comum.

○

○ ○

Artigo X

Cláusula de solidariedade

Em aplicação do princípio da solidariedade, a União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares, para:

- prevenir a ameaça terrorista;
- proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista;
- prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista.

As modalidades de execução da presente disposição constam do artigo X da Parte II, Título B, da Constituição.

Observações

A inserção de uma cláusula de solidariedade na Constituição foi recomendada pelo Grupo de Trabalho sobre a Defesa. Dado o seu carácter fundamental e constitucional, esta cláusula figura na Parte I da Constituição. Observe-se, porém, que ela tem um alcance horizontal, uma vez que prevê o recurso aos diferentes meios existentes (tanto os meios militares nacionais como os instrumentos da União). Por conseguinte, é-lhe dedicado um artigo independente dentro do Título V da Parte I da Constituição.

Esta cláusula seria activada em caso de ameaça ou de ataque terrorista. O Grupo de Trabalho VIII especificara, nas suas recomendações, que deveria tratar-se de terrorismo proveniente de entidades não estatais. Tendo em conta, por um lado, o facto de um ataque proveniente de um Estado terceiro, mesmo que desencadeado segundo uma técnica "terrorista", constituir uma "agressão", e, por outro, o facto de a cláusula de solidariedade dever estar operacional logo que surja uma situação de perigo, o Praesidium considerou mais oportuno propor a redacção que consta do artigo em apreço.

O Grupo de Trabalho sobre a Defesa recomendou que esta cláusula abrangesse também os casos de catástrofes de origem humana ou natural. Ora, o n.º 2 do artigo 15.º da Constituição estipula que a "protecção contra as catástrofes" faz parte dos domínios da acção de apoio.

P.M. – n.º 2 do artigo 15.º da Constituição

"2. São os seguintes os domínios da acção de apoio:

- emprego,*
- indústria,*
- educação, formação profissional e juventude,*
- cultura,*
- desporto,*
- protecção contra as catástrofes."*

Uma vez que não existe actualmente nenhuma base jurídica para a protecção contra as catástrofes, será conveniente criá-la na Parte II da Constituição. Nesta base, poder-se-á também especificar que se poderá recorrer aos meios militares para apoio à protecção civil.

○

○ ○

PARTE II – TÍTULO B

ACÇÃO EXTERNA DA UNIÃO

Artigo 1.º

Princípios e objectivos

1. A acção da União na cena internacional *assenta nos* [pauta-se pelos] princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que é seu objectivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, *respeito* da dignidade humana, igualdade e solidariedade e respeito do direito internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. A União procurará desenvolver relações e constituir parcerias com os países e com as organizações regionais ou mundiais que partilhem desses valores. Promoverá soluções multilaterais para os problemas comuns, particularmente no âmbito das Nações Unidas.
2. A União Europeia definirá e prosseguirá políticas comuns e acções da União e diligenciará no sentido de assegurar o mais elevado grau de cooperação em todos os domínios das relações internacionais, a fim de:
 - a) Salvaguardar os valores da União, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União;
 - b) Consolidar e apoiar a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o direito internacional;
 - c) Preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas;
 - d) Apoiar o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em *vias de* desenvolvimento, tendo como principal objectivo erradicar a pobreza, especialmente nos países de baixo rendimento;

- e) Incentivar a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional;
 - f) Desenvolver medidas internacionais para preservar *e melhorar* o ambiente e os recursos naturais à escala mundial e assegurar o desenvolvimento sustentável;
 - g) Prestar assistência a populações, países e regiões confrontados com catástrofes de origem humana ou natural;
 - h) Promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada e uma boa governação a nível mundial.
3. A União procurará garantir a coerência entre os diferentes domínios da sua acção externa. Terá igualmente em conta os princípios e objectivos acima enumerados no contexto da elaboração e execução dos aspectos externos das outras políticas da União.

Observações

1. *O projecto de artigo sobre os princípios e os objectivos da acção externa foi elaborado pelo Grupo de Trabalho VII, fazendo parte das recomendações constantes do relatório do Grupo (CONV 459/02, ponto 2 das recomendações e pontos 11-12 do relato pormenorizado). O texto do Grupo de Trabalho foi totalmente integrado, com um número muito limitado de alterações de redacção (em itálico, com o texto antigo entre parênteses rectos): a primeira resulta do facto de o texto original do projecto de artigo, em língua inglesa, referir que a acção da União na cena internacional "will be guided by", que constitui uma formulação mais forte do que a tradução francesa "s'inspire des". O Grupo de Trabalho VII decidiu seguir a abordagem que consiste em definir os princípios e os objectivos da acção externa, no seu todo, num único artigo, pelo que foi suprimida a enumeração dos objectivos específicos de cada domínio político em causa nos artigos existentes.*
2. *A necessidade de garantir a coerência entre os domínios da acção externa da União, bem como entre a acção externa e as políticas internas que tenham efeitos externos, foi salientada no âmbito dos trabalhos do Grupo VII (Conv 459/02, ponto 2 das recomendações e ponto 12 do relato pormenorizado). A proposta de incorporar um n.º 3 que reflecta esta noção no projecto de artigo sobre os princípios e os objectivos da acção externa não colheu o apoio maioritário do Grupo de Trabalho, afigurando-se, contudo, importante o aditamento de um número ao artigo se se quiser evitar inserir um texto que aponte no mesmo sentido num dos artigos de cada um dos domínios da acção externa. Convém notar que o actual artigo 178.º do TCE se refere à coerência entre outros domínios políticos e os objectivos da política de cooperação para o desenvolvimento e que, como consequência do n.º 3 do artigo sobre os princípios e os objectivos, essa referência foi suprimida na versão revista deste artigo.*

Artigo 2.º

1. Com base nos princípios e objectivos enunciados no artigo 1.º do presente Título, o Conselho Europeu identificará os interesses e objectivos estratégicos da União.

As decisões do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União poderão incidir nos domínios da política externa e noutros domínios que se insiram no âmbito da acção externa da União. Poderão dizer respeito às relações da União com um país ou uma região ou seguir uma abordagem temática. Definirão a sua duração e os meios a facultar pela União e pelos Estados-Membros.

O Conselho Europeu delibera por unanimidade, sob proposta do Conselho. O Conselho aprova a sua proposta, por maioria qualificada, com base em recomendações do Ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente a questões da Política Externa e de Segurança Comum, da Comissão relativamente aos restantes domínios de acção externa, ou de ambos em conjunto. As decisões do Conselho Europeu são executadas pelo Conselho de acordo com os procedimentos previstos na Constituição.

2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, para o domínio da Política Externa e de Segurança Comum, e a Comissão, para os restantes domínios da acção externa, podem apresentar propostas conjuntas ao Conselho. O Conselho aprova por maioria qualificada as decisões sobre essas propostas conjuntas.

Observações

1. *Este texto retoma parcialmente o do n.º 2 do artigo 13.º do TUE, sobre as estratégias comuns, com uma mudança de denominação (decisões sobre os interesses e objectivos estratégicos), e introduz a recomendação n.º 3 do Grupo de Trabalho VII acerca do papel do Conselho Europeu na definição dos interesses e objectivos estratégicos: "Uma vez que o Tratado estabelece os princípios e objectivos gerais, a UE deverá definir objectivos e interesses estratégicos, bem como estratégias que permitam prosseguir-los activamente. O Grupo recomenda que o Conselho Europeu defina os*

objectivos e interesses estratégicos da UE relativamente a um país/região, situação ou tema específicos, e estabeleça parâmetros que norteiem a acção da UE e dos Estados-Membros. Competiria ao Conselho ("Acção Externa") implementar esses objectivos e interesses estratégicos, após o que o Conselho Europeu procederia à análise periódica do respectivo grau de realização."

O segundo parágrafo é um texto novo que visa explicitar que as decisões do Conselho Europeu podem incidir simultaneamente sobre a PESC e outros domínios da acção externa, o que, aliás, já acontece em relação às estratégias comuns, sem que tal seja explicitado no Título V do TUE. O Grupo VII defendeu o recurso a instrumentos que sigam uma abordagem global e que abranjam diversos domínios da acção externa.

O terceiro parágrafo é um texto adaptado do segundo parágrafo do n.º 3 do artigo 13.º do TUE (texto do TUE: "O Conselho recomendará ao Conselho Europeu estratégias comuns e executá-las-á designadamente mediante a adopção de acções comuns e de posições comuns"). As alterações foram introduzidas para acrescentar que:

- a) o Conselho delibera sob proposta do Ministro, da Comissão ou de ambos em conjunto, e que*
- b) a execução de uma decisão do Conselho Europeu que abranja simultaneamente a PESC e outros domínios da acção externa deve ser efectuada de acordo com os procedimentos previstos para cada domínio.*

- 2. O Grupo de Trabalho VII recomendou que se previsse na Constituição a possibilidade de o Ministro (para as questões do âmbito da PESC) e a Comissão (para os outros aspectos da acção externa) apresentarem conjuntamente ao Conselho propostas que abranjam diferentes aspectos da acção externa. O Grupo recomendou ainda que o Conselho deliberasse nestes casos por maioria qualificada.*

CAPÍTULO 1: POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

A. Política Externa Comum

Artigo 3.º

1. No quadro dos princípios e objectivos da sua acção externa, enunciados no artigo 1.º do presente Título, a União definirá e executará uma política externa e de segurança comum extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança.
2. Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.

Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais.

O Conselho e o Ministro dos Negócios Estrangeiros assegurarão a observância destes princípios.

3. A União conduzirá a Política Externa e de Segurança Comum:
 - definindo os princípios e as orientações gerais;
 - aprovando decisões relativas:
 - às acções da União,
 - às posições da União e
 - reforçando a cooperação sistemática entre os Estados-Membros na condução da sua política.

Observações

1. *O n.º 1 constitui uma versão adaptada e encurtada do artigo 11.º do TUE, a fim de ter em conta o facto de os princípios e os objectivos da acção externa se encontrarem agrupados no início do Título sobre a acção externa.*

A frase "a União definirá e executará uma Política Externa e de Segurança Comum extensiva a todos os domínios de política externa e de segurança" figura actualmente no Tratado. Estabelece o princípio de que o Tratado não impõe limites à actividade no domínio da PESC e de que a União se pode pronunciar sobre todos os assuntos do âmbito da política externa e de segurança.

2. *N.º 2: n.º 2 do artigo 11.º do TUE inalterado:*

"Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.

Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Os Estados-Membros abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais."

O único aditamento é a expressão "o Ministro dos Negócios Estrangeiros" à frase "O Conselho assegura a observância destes princípios."

3. *O n.º 3 é uma versão adaptada do artigo 12.º do TUE, a fim de ter em conta a mudança de denominação dos instrumentos da PESC, em conformidade com as recomendações sobre a simplificação dos instrumentos. As acções comuns e posições comuns passam a ser decisões relativas a acções ou posições da União. Refira-se que o instrumento relativo às estratégias comuns, que passam a ser decisões sobre os interesses e objectivos estratégicos da União, consta do artigo 2.º do presente Título.*

A disposição relativa à definição dos princípios e orientações gerais (primeiro travessão) e a que diz respeito à cooperação sistemática entre os Estados-Membros (terceiro travessão) constam do artigo 12.º do TUE.

Artigo 4.º

O Conselho Europeu definirá os princípios e as orientações gerais da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa.

Se um acontecimento internacional assim o exigir, o Presidente do Conselho Europeu convocará uma reunião extraordinária do Conselho Europeu, a fim de definir as orientações estratégicas da política da União relativamente a esse acontecimento.

O Conselho tomará as disposições necessárias para a definição e execução da Política Externa e de Segurança Comum, com base nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho Europeu.

Observações

1. *O primeiro parágrafo retoma, sem alterações, o n.º 1 do artigo 13.º do TUE: "O Conselho Europeu definirá os princípios e as orientações gerais da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa."*

O segundo parágrafo é novo. Visa introduzir (tornando-a explícita) a possibilidade de se convocar uma reunião extraordinária do Conselho Europeu quando a situação internacional o exigir. O n.º 2 do artigo 22.º do TUE prevê já uma disposição semelhante, mas relativa ao Conselho.

O terceiro parágrafo retoma o texto do artigo 13.º do TUE: "O Conselho tomará as decisões necessárias para a definição e execução da Política Externa e de Segurança Comum, com base nas orientações gerais definidas pelo Conselho Europeu."

Artigo 5.º

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros, contribui com as suas propostas para a definição da Política Externa e de Segurança Comum e assume a responsabilidade pela execução das decisões tomadas pelo Conselho Europeu e pelo Conselho.
2. Nas matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, a União é representada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que conduz o diálogo político em nome da União e exprime a posição da União nas organizações e conferências internacionais.

Observações

Textos adaptados do artigo 26.º do TUE sobre o papel do Alto Representante para a PESC, bem como do artigo 18.º do TUE sobre o papel da Presidência (Tróica), para ter em conta a criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 6.º

1. Sempre que uma situação internacional exija uma acção operacional por parte da União, o Conselho aprovará as decisões necessárias. A decisão definirá os respectivos objectivos e âmbito, os meios a pôr à disposição da União, assim como as condições relativas à execução da acção e, se necessário, a sua duração.
2. Se se verificar uma alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto dessa decisão, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e aprovará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a decisão sobre a acção da União.
3. Essas decisões vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.
4. Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução dessa decisão será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.
5. Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na ausência de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da decisão relativa à acção da União. Os Estados-Membros que tomem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.
6. Em caso de dificuldades importantes na execução da decisão, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção, nem prejudicar a sua eficácia.

Observações

1. *Texto do n.º 1 do artigo 14.º do TUE, relativo às acções comuns, retomado e adaptado de molde para ter em conta a mudança de denominação dos instrumentos da PESC (decisões).*
2. *N.º 2 do artigo 14.º do TUE inalterado, excepto no que respeita à denominação do instrumento: "Se se verificar alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto de uma acção comum, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e adoptará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a acção comum".*
3. *N.º 3 do artigo 14.º do TUE inalterado, com excepção da denominação do instrumento: "As acções comuns vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção".*
4. *N.º 5 do artigo 14.º do TUE inalterado, excepto no que respeita à denominação do instrumento: "Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução de uma acção comum será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional".*
5. *N.º 6 do artigo 14.º do TUE inalterado, salvo no que respeita à denominação do instrumento: "Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na falta de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da acção comum. Os Estados-Membros que tomarem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto".*
6. *N.º 7 do artigo 14.º do TUE inalterado, a não ser no que respeita à denominação do instrumento: "Em caso de dificuldades importantes na execução de uma acção comum, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção comum, nem prejudicar a eficácia desta".*

Artigo 7.º

O Conselho aprovará decisões que definirão a posição da União sobre uma questão específica de natureza geográfica ou temática. Os Estados-Membros velarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições da União.

Observações

Texto do artigo 15.º do TUE, com uma mudança de denominação do instrumento da posição comum (decisão): "O Conselho adoptará posições comuns. As posições comuns definirão a abordagem global de uma questão específica de natureza geográfica ou temática pela União. Os Estados-Membros zelarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições comuns".

Artigo 8.º

1. Qualquer Estado-Membro ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a título individual ou em conjunto com a Comissão, pode submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e apresentar-lhe propostas.
2. Nos casos que exijam uma decisão rápida, o Ministro dos Negócios Estrangeiros convocará, por iniciativa própria ou a pedido de um Estado-Membro, uma reunião extraordinária do Conselho, no prazo de 48 horas ou, em caso de absoluta necessidade, num prazo mais curto.

Observações

1. *Este número define o direito de iniciativa no domínio da PESC. O texto segue a estrutura do artigo 22.º do TUE. O direito de iniciativa dos Estados-Membros encontra-se previsto no Tratado actual. Está também previsto para a Comissão, mas não para o Alto Representante: artigo 22.º do TUE "Qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e apresentar-lhe propostas". O novo texto propõe que o direito de iniciativa seja atribuído aos Estados-Membros, bem como ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que pode exercer esse direito a título individual ou em conjunto com a Comissão.*
2. *Texto do n.º 2 do artigo 22.º do TUE, que visa flexibilizar os procedimentos em caso de urgência. "A Presidência" foi substituída por "o Ministro dos Negócios Estrangeiros", a fim de ter em conta que o Ministro presidirá ao Conselho na sua formação "Acção Externa", proposta que colheu vasto apoio no seio da Convenção.*

Artigo 9.º

1. As decisões ao abrigo do presente capítulo serão tomadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a aprovação dessas decisões.

Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a sua posição. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração [representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do artigo X da Constituição, a decisão não será aprovada].

2. Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:

- sempre que aprove decisões relativas a acções e posições da União com base numa decisão do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União, tal como é definida no n.º 1 do artigo 2.º do presente Título;
- sempre que delibere com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, tal como é definida no n.º 2 do artigo 2.º;
- sempre que aprove qualquer decisão que dê execução a uma decisão relativa a uma acção ou a uma posição da União;
- sempre que nomeie um Representante Especial em conformidade com o artigo 11.º do presente Capítulo.

Se um membro do Conselho declarar que, por importantes e expressas razões de política nacional, tenciona opor-se à aprovação de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.

O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.

3. O Conselho Europeu pode decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos que não os previstos no n.º 2 do presente artigo.

Observações

Este artigo diz respeito ao processo de tomada de decisão no domínio da PESC. A regra geral continua a ser a unanimidade. O Grupo de Trabalho VII recomendou que "se deverá, tanto quanto possível, fazer uso das disposições existentes em matéria de recurso à VMQ e das disposições que permitem uma certa flexibilidade, como a abstenção construtiva". Propôs igualmente que se insira na Constituição uma cláusula de habilitação que preveja a possibilidade de o Conselho Europeu tornar a votação por maioria qualificada extensiva a outros domínios que não os actualmente previstos no Tratado.

1. *Texto do n.º 1 do artigo 23.º do TUE, sobre a abstenção construtiva, inalterado: "As decisões ao abrigo do presente título serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção dessas decisões.
Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a posição daquele. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, a decisão não será adoptada".*
2. *Texto do n.º 2 do artigo 23.º do TUE, referente às derrogações à regra geral da unanimidade, cujas únicas alterações são:*
 - a) *a denominação dos instrumentos, e*
 - b) *a introdução das decisões tomadas com base em propostas conjuntas do Ministro e da Comissão. O parágrafo relativo à ponderação dos votos não foi aqui retomado (as disposições pertinentes figurarão numa outra disposição da Constituição).*

N.º 2 do artigo 23.º do TUE: "Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:

- sempre que adopte acções comuns ou posições comuns ou tome qualquer outra decisão com base numa estratégia comum;*
- sempre que adopte qualquer decisão que dê execução a uma acção comum ou a uma posição comum;*
- sempre que nomeie um representante especial nos termos do n.º 5 do artigo 18.º.*

Se um membro do Conselho declarar que, por importantes e expressas razões de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.

Os votos dos membros do Conselho serão ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. As deliberações serão tomadas se obtiverem, pelo menos, 62 votos que exprimam a votação favorável de, no mínimo, dez membros.

O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa."

3. *Este número é novo e retoma a recomendação do Grupo de Trabalho VII: "O Grupo de Trabalho recomenda ainda que seja inserida no Tratado uma nova disposição que preveja a possibilidade de o Conselho Europeu acordar, por unanimidade, em alargar a VMQ à PESC".*

O texto do n.º 3 do artigo 23.º do TUE, relativo às questões de natureza processual, não foi retomado no novo artigo.

Artigo 10.º

1. Logo que a União tenha definido uma abordagem comum na acepção do n.º 5 do artigo 29.º, proceder-se-á a uma estreita coordenação das actividades do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros.
2. As missões diplomáticas dos Estados-Membros e as delegações da União cooperarão entre si nos países terceiros e junto das organizações internacionais e contribuirão para a formulação e execução de uma abordagem comum.

Observações

1. *O n.º 1 visa aumentar a eficácia e melhorar a complementaridade e o reforço mútuo das actividades dos diferentes intervenientes no quadro de uma orientação aprovada pela União.*
2. *O n.º 2 é novo e tem por objectivo evidenciar que a cooperação sistemática não se limita aos trabalhos do Conselho em Bruxelas, sendo igualmente desenvolvida entre as missões diplomáticas dos Estados-Membros e as delegações da União.*

Artigo 11.º

Sempre que o considere necessário, o Conselho nomeará, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, um Representante Especial a quem conferirá um mandato relativo a questões políticas específicas. O Representante Especial exercerá o seu mandato sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Observações

Este artigo retoma e altera o texto do n.º 5 do artigo 18.º do TUE. As alterações dizem respeito ao papel do Ministro dos Negócios Estrangeiros: a) o Conselho nomeia o Representante Especial sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e b) o Representante Especial exerce o seu mandato sob a autoridade do Ministro. Estas disposições visam reforçar a coerência e a eficácia do recurso a Representantes Especiais.

Artigo 12.º

A União poderá celebrar acordos com um ou vários Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente Capítulo, de acordo com o processo enunciado no artigo 33.º do presente Título.

Observações

Este artigo fornece uma base jurídica para a negociação e a celebração de acordos internacionais no âmbito da PESC, remetendo para os artigos pertinentes no que respeita ao processo a seguir.

Artigo 13.º

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros consultará o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e velará por que as opiniões daquela instituição sejam devidamente tomadas em consideração. O Parlamento Europeu será regularmente informado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a evolução da Política Externa e de Segurança da União, incluindo a Política de Segurança e de Defesa.
2. O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados na execução da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo a Política de Segurança e Defesa.

Observações

Este artigo retoma e altera o texto do artigo 21.º do TUE. As alterações foram introduzidas com base nas recomendações do Grupo de Trabalho VII e de molde a ter em conta a fusão das funções de Alto Representante e de Comissário para as Relações Externas. "A Presidência" e "a Comissão" foram substituídas por "o Ministro dos Negócios Estrangeiros". O Grupo reconheceu que as actuais disposições do artigo 21.º do TUE eram satisfatórias, mas que, no entanto, deveriam ser completadas de modo a incluir a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros nas funções descritas no artigo 21.º do TUE.

A frase "incluindo a Política de Segurança e Defesa" não consta do artigo 21.º do TUE. Foi introduzido em ambos os números deste artigo para tornar mais explícito o âmbito por ele abrangido. Fica entendido que a informação e a consulta ao Parlamento Europeu deverão ser efectuadas com a maior frequência e a maior antecedência possíveis, a fim de conciliar a eficácia da política externa com a preocupação de garantir que o Parlamento Europeu desempenhe um papel real.

Artigo 14.º

1. Os Estados-Membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições da União. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União assegurará a organização dessa coordenação.

Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições da União.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo e no n.º 3 do artigo 6.º do presente Título, os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam manterão estes últimos informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum.

Os Estados-Membros que sejam igualmente membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas concertar-se-ão e manterão os outros Estados-Membros plenamente informados. Os Estados-Membros que são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderão, no exercício das suas funções, as posições e os interesses da União, sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas.

Sempre que a União tenha definido uma posição sobre um tema que conste da ordem de trabalhos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados-Membros que nele têm assento solicitarão que o Ministro dos Negócios Estrangeiros seja convidado a apresentar a posição da União.

Observações

1. *O n.º 1 retoma o n.º 1 do artigo 19.º do TUE (substituindo "posições comuns" por "posições da União"):*

"Os Estados-Membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições comuns. Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições comuns".

Foi aditada no fim do primeiro parágrafo uma frase sobre o papel a desempenhar pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros na organização da coordenação entre os Estados-Membros.

2. *O primeiro parágrafo do n.º 2 retoma, com alterações, o n.º 2 do artigo 19.º do TUE: "Sem prejuízo do disposto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 14.º, os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam, manterão estes últimos informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum".*

No segundo parágrafo suprimem-se "permanentes" após "membros". Estas alterações são propostas por forma a respeitar o princípio estabelecido nas disposições anteriores: sempre que a União tenha acordado numa posição sobre uma questão específica, todos os Estados-Membros são obrigados a defendê-la na cena internacional.

O terceiro parágrafo introduz uma nova disposição que visa reforçar a visibilidade da União no âmbito do Conselho de Segurança. Esta disposição não tem qualquer consequência para o estatuto ou a posição dos Estados-Membros no seio daquela instância.

Artigo 15.º

As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da União nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, cooperarão no sentido de assegurar a observância e a execução das decisões relativas às posições e às acções da União adoptadas pelo Conselho. Intensificarão a sua cooperação através do intercâmbio de informações e da realização de avaliações comuns.

As referidas missões, delegações e representações contribuirão para a aplicação das disposições a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º da Parte I da Constituição, relativo à protecção das cidadãs e cidadãos da União no território de um país terceiro. Os Estados-Membros estabelecerão entre si as regras necessárias e encetarão as negociações internacionais requeridas para garantir essa protecção.

Observações

O primeiro parágrafo retoma e altera ligeiramente o artigo 20.º do TUE: "As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da Comissão nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, concertar-se-ão no sentido de assegurar a observância e a execução das posições comuns e das acções comuns adoptadas pelo Conselho.

As referidas missões, delegações e representações intensificarão a sua cooperação através do intercâmbio de informações, procedendo a avaliações comuns e contribuindo para a aplicação das disposições a que se refere o artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia".

Foram introduzidas alterações no texto no que respeita: a) à denominação das delegações da União e b) à denominação dos instrumentos.

O segundo parágrafo faz referência ao n.º 2 do artigo 7.º da Constituição (cujo texto corresponde ao do artigo 20.º do TCE) e retoma a última frase do artigo 20.º do TCE, para o qual remete o artigo 20.º do TUE: "Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras necessárias e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa protecção."

Artigo 16.º

Sem prejuízo do artigo XX da Constituição [relativo à organização do Conselho/Comité de Representantes Permanentes], um Comité Político e de Segurança acompanhará a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e contribuirá para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste ou por sua própria iniciativa. O Comité Político e de Segurança acompanhará igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito do presente Título, este Comité exercerá, sob a responsabilidade do Conselho e em estreito contacto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises, tal como definidas no artigo 17.º do presente Título.

Para efeitos de uma operação de gestão de crises e pelo período de duração desta, conforme determinado pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação.

Observações

O primeiro parágrafo retoma e altera o artigo 25.º do TUE: "Sem prejuízo do disposto no artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, um Comité Político e de Segurança acompanhará a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da política externa e de segurança comum e contribuirá para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste ou por sua própria iniciativa. O Comité acompanhará igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências da Presidência e da Comissão".

As alterações dizem respeito à última frase, em que "a Presidência" e "a Comissão" foram substituídas por "o Ministro dos Negócios Estrangeiros".

O segundo parágrafo retoma o artigo 25.º do TUE, acrescentando uma referência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e outra ao artigo 24.º do presente Título, que define as operações de gestão de crises: "No âmbito do presente Título, este Comité exercerá, sob a responsabilidade do Conselho, o controlo e a direcção estratégica das operações de gestão de crises".

O terceiro parágrafo corresponde, em grande parte, ao terceiro parágrafo do artigo 25.º do TUE: "Sem prejuízo do disposto no artigo 47.º, para efeitos de uma operação de gestão de crises e pela duração desta, tal como determinadas pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação". Tendo em conta a fusão dos Tratados, foi suprimida a referência ao artigo 47.º do TCE.

B. Política de Segurança e Defesa Comum

Artigo 17.º

1. As missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição, nas quais a União poderá utilizar meios militares e civis, incluirão as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz, as acções de apoio na luta contra o terrorismo a pedido de um Estado terceiro e as operações de estabilização no termo dos conflitos.

2. O Conselho, deliberando por unanimidade, aprovará decisões relativas às missões referidas no presente artigo, definindo o seu objectivo e alcance, bem como as respectivas normas gerais de execução. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob a autoridade do Conselho e em estreito e permanente contacto com o Comité Político e de Segurança, assegurará a coordenação dos aspectos civis e militares dessas missões.

Observações

Este artigo tem por objectivo precisar o alcance do n.º 1 do artigo 30.º da Parte II:

- *retomando as missões já previstas no Tratado, a saber:*
 - *as missões humanitárias e de evacuação,*
 - *as missões de manutenção da paz,*
 - *as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz; e*
- *acrescentando as missões recomendadas pelo Grupo VIII, a saber:*
 - *as acções conjuntas em matéria de desarmamento,*
 - *as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar,*
 - *as missões de prevenção de conflitos,*
 - *as acções de apoio na luta contra o terrorismo, a pedido de um Estado terceiro,*
 - *as operações de estabilização no termo dos conflitos.*

O n.º 2 descreve pormenorizadamente o processo de tomada de decisão no quadro das missões, bem como os elementos necessários ao conteúdo da decisão. O segundo período é consentâneo com as recomendações do Grupo VIII sobre o reforço do papel do Ministro dos Negócios Estrangeiros no domínio da gestão de crises, nomeadamente no que respeita à coordenação dos aspectos civis e militares das missões.

Artigo 18.º

1. No quadro das decisões aprovadas em conformidade com o artigo 17.º do presente Título, o Conselho poderá confiar a execução de uma missão a um grupo de Estados-Membros que disponham das capacidades necessárias e nela desejem empenhar-se. Estes decidirão entre si da gestão da missão.

2. Os Estados que participem na realização da missão informarão regularmente o Conselho acerca da fase em que esta se encontra e comunicar-lhe-ão imediatamente quaisquer novas consequências importantes que a sua realização implique ou quaisquer alterações que se imponham quanto ao objectivo, ao alcance ou às normas acordadas pelo Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do presente Título. Nestes casos, o Conselho aprovará as decisões necessárias.

Observações

Este artigo descreve as modalidades de cooperação no âmbito da execução de uma missão decidida pelo Conselho.

Numa União a 25, será difícil prever uma missão cuja realização seja levada a cabo por todos os Estados-Membros. Por conseguinte, este artigo prevê as regras segundo as quais a realização de uma missão decidida por todos os Estados-Membros poderá ser confiada a alguns deles, quer porque alguns Estados não tencionem envolver-se na condução dessa missão, não pretendendo, contudo, impedir os outros Estados de o fazerem, quer devido ao elevado nível de capacidades que uma missão pode exigir e de que só alguns Estados disponham.

A decisão quanto ao lançamento de uma missão, seus objectivos, alcance e regras gerais de execução será aprovada pelo Conselho, deliberando por unanimidade. Essa decisão incluirá a lista dos Estados que se tenham declarado dispostos a executar a referida missão. Por conseguinte, a sua execução será gerida pelo grupo de Estados-Membros referidos na decisão. Uma vez lançada a operação, só os Estados-Membros que participem na sua execução tomarão parte nas deliberações sobre as acções e medidas tomadas com vista à condução da operação. Os restantes Estados-Membros serão informados das medidas tomadas nesse âmbito. Os Estados participantes comunicarão imediatamente ao Conselho quaisquer novas consequências importantes que a realização da missão possa implicar ou quaisquer alterações ao objectivo, alcance ou regras inicialmente acordadas pelo Conselho que se imponham. Nestes casos, o Conselho aprovará as decisões necessárias.

Artigo 19.º

1. A Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica terá por missão:
 - contribuir para a identificação dos objectivos de capacidades militares dos Estados-Membros e avaliar o respeito dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros em termos de capacidades;
 - promover a harmonização das necessidades operacionais e a adopção de métodos de aquisição eficazes e compatíveis;

- propor projectos multilaterais para cumprir os objectivos em termos de capacidades militares e assegurar a coordenação dos programas executados pelos Estados-Membros, bem como a gestão de programas de cooperação específicos;
 - apoiar a investigação em matéria de tecnologia de defesa, coordenar e planificar actividades de investigação conjuntas e estudos de soluções técnicas que dêem resposta às necessidades operacionais futuras;
 - contribuir para identificar e, se for caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa e para aumentar a eficácia das despesas militares.
2. A Agência estará aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, aprovará uma decisão definindo o estatuto, a sede e as regras de funcionamento da Agência, que deverão ter em conta o grau de participação efectiva nas actividades da Agência. No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos.

Observações

Este artigo descreve mais pormenorizadamente os objectivos e o funcionamento da Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica. Segue de perto as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Defesa, não prevendo os pormenores do funcionamento da Agência, que remete (no n.º 2) para uma decisão do Conselho.

Artigo 20.º

1. Na medida em que preenchem elevados critérios em termos de capacidades militares e desejam assumir compromissos mais vinculativos nesta matéria tendo em vista as missões mais exigentes, os Estados-Membros cuja lista figura na declaração X, anexa à Constituição, estabelecem entre si uma cooperação estruturada na acepção do n.º 6 do artigo 30.º da Parte I da Constituição. Os critérios e os empenhamentos em matéria de capacidades militares definidos por esses Estados-Membros encontram-se previstos na mesma declaração.

2. Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará o Conselho Europeu da sua intenção. O Conselho restrito da Cooperação Estruturada deliberará sobre o pedido do Estado-Membro em questão.
3. Só os Estados-Membros que participem na cooperação aprovarão decisões relativas ao objecto desta. O Ministro dos Negócios Estrangeiros assistirá às deliberações. Os restantes Estados-Membros serão devida e regularmente informados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros acerca do desenvolvimento da cooperação.
4. O Conselho poderá incumbir os Estados participantes nesta cooperação de executar, no quadro da União, uma missão prevista no artigo 24.º do presente Título.

Observações

Este artigo descreve as regras de funcionamento da cooperação estruturada descrita no n.º 6 do artigo 30.º da Parte I. Os Estados-Membros que preencham elevados critérios em termos de capacidades militares e desejem assumir compromissos mais vinculativos entre si neste domínio com vista às missões mais exigentes poderão fazê-lo mediante o estabelecimento de uma cooperação estruturada na Constituição. Os critérios, bem como os empenhamentos de capacidades que os Estados participantes se comprometam a cumprir, serão negociados e estabelecidos por esses mesmos Estados entre si e figurarão numa declaração anexa à Constituição. Essa declaração indicará igualmente quais os Estados-Membros que participam na cooperação estruturada.

Uma vez estabelecida a cooperação estruturada, só os Estados que nela participem tomarão parte na aprovação de decisões, tanto sobre o desenvolvimento dessa cooperação como sobre o lançamento e as modalidades de eventuais operações. Os Estados-Membros participantes poderão recorrer às estruturas da União como o COPS ou o Comité Militar, que também se reunirão única e exclusivamente na presença dos representantes dos Estados-Membros que participam na cooperação estruturada. As operações decididas por este grupo de Estados não constituirão, porém operações da União. Prevê-se que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União assista às deliberações sobre essa cooperação e informe os restantes Estados-Membros acerca do seu desenvolvimento. O Ministro constituirá, assim, uma interface entre os Estados envolvidos na cooperação estruturada e os Estados não participantes, o que permitirá uma maior visibilidade das acções desenvolvidas no âmbito da cooperação.

O Conselho poderá, contudo, confiar aos Estados que participem na cooperação estruturada a realização de uma missão decidida pelo Conselho. Nesse caso, a missão será efectuada pela cooperação estruturada, em nome da União.

Artigo 21.º

1. A cooperação mais estreita em matéria de defesa mútua, prevista no n.º 7 do artigo 30.º da Parte I, estará aberta a todos os Estados-Membros da União. Em declaração anexa à presente Constituição consta a lista dos Estados-Membros participantes. Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará desse facto o Conselho Europeu e subscreverá a declaração anexa à Constituição.
2. Um Estado participante que seja alvo de uma agressão armada no seu território informará da situação os outros Estados participantes e poderá solicitar a sua ajuda e assistência. Os Estados participantes reunir-se-ão a nível ministerial, sendo assistidos pelos respectivos representantes no Comité Político e de Segurança e no Comité Militar.
3. O Conselho de Segurança das Nações Unidas será imediatamente informado de qualquer agressão armada e das medidas tomadas em conformidade.
4. As presentes disposições não afectarão, no que respeita aos Estados envolvidos, os direitos e obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte.

Observações

Dez dos actuais Estados-Membros da União Europeia são membros da União da Europa Ocidental, estando, como tal, vinculados por um compromisso de defesa mútua no âmbito do artigo V do Tratado de Bruxelas. Tal constitui, sem dúvida alguma, uma forma de cooperação fora do quadro da União. Dada a divergência de vontades políticas, dificilmente se colocará a possibilidade de todos os Estados-Membros pretenderem subscrever um compromisso dessa natureza no âmbito da Constituição. Daí a necessidade de se prever neste domínio uma cooperação mais estreita que permita, àqueles que o desejem, "reassumir" no âmbito da União o compromisso já subscrito no artigo V do Tratado de Bruxelas. São inúmeras as vantagens da reassunção desse compromisso na Constituição:

- *tal permitiria consagrar a defesa mútua na Constituição e contribuiria para aumentar a credibilidade da União junto dos seus cidadãos;*
- *essa cooperação permitiria que os Estados-Membros participantes recorressem às estruturas e aos conhecimentos especializados da União, designadamente ao seu Comité Militar e ao seu Estado-Maior.*

Também aqui, como de resto no âmbito das outras cooperações acima referidas, só os Estados-Membros participantes tomarão parte na aprovação de decisões relativas ao objecto da cooperação. No caso de esses Estados-Membros recorrerem às estruturas da União, estas reunir-se-ão também unicamente na presença dos representantes dos Estados que tenham subscrito a cooperação.

C. Disposições financeiras

Artigo 22.º

1. As despesas administrativas em que incorram as instituições por força das disposições referidas no presente Capítulo ficarão a cargo do orçamento da União.
2. As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento da União, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.

Nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento da União, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tenham feito uma declaração formal, nos termos do segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 9.º, não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.

3. É criada no orçamento da União uma rubrica destinada ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e, nomeadamente, às actividades preparatórias de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição. Serão estabelecidos processos específicos para garantir o rápido acesso às dotações inscritas nessa rubrica e a sua utilização efectiva dentro dos prazos impostos pelas situações em causa.

As actividades preparatórias das missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição que não sejam imputadas ao orçamento da União serão financiadas por um fundo de arranque, constituído por contribuições dos Estados-Membros.

O Conselho aprovará por maioria qualificada, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- as modalidades de instituição e de financiamento do Fundo, nomeadamente os montantes financeiros que lhe sejam afectados e as modalidades de reembolso;
- as modalidades de gestão do Fundo;
- as modalidades de controlo financeiro.

Sempre que preveja a realização de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição, que não possa ser imputada ao orçamento da União, o Conselho autorizará o Ministro dos Negócios Estrangeiros a utilizar esse Fundo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentará ao Conselho um relatório sobre a execução desse mandato.

Observações

1. *O n.º 1 retoma o n.º 2 do artigo 28.º do TUE, substituindo "orçamento das Comunidades Europeias" por "orçamento da União": "As despesas administrativas em que incorram as instituições por força das disposições relativas aos domínios previstos no presente título ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias".*

2. *Este número retoma o n.º 3 do artigo 28.º do TUE, substituindo "orçamento das Comunidades Europeias" por "orçamento da União": "As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.*

Nos casos em que as despesas não sejam imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias, ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tiverem feito uma declaração formal nos termos do n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 23.º não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento".

3. *O Grupo VII constatou que as actividades PESC exigem por vezes financiamentos urgentes, para os quais os processos habituais não estão adaptados. Além disso, o Grupo VIII constatou a necessidade de se prever uma disposição específica relativa à fase preparatória das missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º. Essa necessidade decorre, por um lado, do facto de o financiamento dos aspectos civis proveniente do orçamento da União estar sujeito a processos relativamente pesados e, como tal, morosos – sendo o factor "tempo" precioso aquando do lançamento da operação – e, por outro lado, da necessidade de se prever um financiamento rápido dos aspectos militares que não podem ser financiados pelo orçamento.*

No caso de a operação prevista ser uma operação militar que implique unicamente meios civis ou meios civis e militares, as actividades preparatórias serão financiadas através de uma rubrica especial no orçamento da União. A gestão dessa rubrica ficará submetida a um regime específico que, por um lado, garantirá um rápido acesso ao fundo (o que representa uma flexibilização do processo habitual de acesso às dotações) e, por outro lado, assegurará uma rápida utilização dos fundos, em derrogação aos processos normalmente aplicáveis (tais como, p. ex., "contratos públicos").

Em contrapartida, caso a operação prevista tenha implicações militares ou nos domínios da defesa, não podendo assim as despesas correspondentes ser imputadas ao orçamento, será criado um fundo constituído pelas contribuições dos Estados-Membros a fim de financiar a fase preparatória da operação. A decisão sobre a chave de repartição para o financiamento do fundo será tomada pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Para instituir o Fundo, é necessário prever tanto o seu montante inicial como as modalidades de reembolso, ou seja, as modalidades de realimentação do Fundo logo que este tenha sido inteira ou parcialmente esgotado. Tal implica uma decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada. Será necessária uma decisão separada do Conselho para estabelecer o regulamento financeiro do Fundo. Essa decisão é prevista no segundo parágrafo do n.º 4.

Por último, uma vez que é importante que a utilização do Fundo seja eficaz e rápida, propõe-se, no terceiro parágrafo, a possibilidade de o Conselho delegar no Ministro dos Negócios Estrangeiros a aplicação e a gestão do Fundo.

*

*

*

CAPÍTULO 2: POLÍTICA COMERCIAL COMUM

Artigo 23.º

Ao instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-Membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial e para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e aos investimentos estrangeiros directos, bem como para a redução das barreiras alfandegárias e de outro tipo.

Observações

O artigo 23.º retoma o primeiro parágrafo do artigo 131.º do TCE, acrescentando-lhe uma referência aos investimentos estrangeiros directos (tal como no artigo seguinte), para reconhecer o facto de os fluxos financeiros completarem o comércio de mercadorias e constituírem hoje em dia uma parte muito considerável das trocas comerciais. O segundo parágrafo do artigo 131.º foi suprimido, uma vez que perdeu actualidade a alusão à eliminação dos direitos aduaneiros entre Estados-Membros (a título de referência, é o seguinte o texto do segundo parágrafo: "A política comercial comum tomará em conta a incidência favorável que a supressão de direitos aduaneiros entre os Estados-Membros possa ter no aumento da capacidade concorrencial das empresas destes Estados").

Artigo 24.º

1. A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais relativos às trocas de mercadorias e serviços, aos aspectos comerciais da propriedade intelectual, aos investimentos estrangeiros directos, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de defesa comercial, tais como as medidas a tomar em caso de *dumping* e de subvenções. A política comercial comum é conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título.
2. O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução da política comercial comum.

3. Caso devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, são aplicáveis as disposições pertinentes do artigo 33.º do presente Título. A Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias. Cabe ao Conselho e à Comissão assegurar que os acordos negociados sejam compatíveis com as políticas e normas internas da União.

As referidas negociações serão conduzidas pela Comissão, em consulta com um Comité Especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções e no âmbito das directrizes que o Conselho lhe possa endereçar. A Comissão apresentará regularmente ao Comité Especial um relatório sobre o andamento das negociações.

4. Relativamente à negociação e celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, o Conselho deliberará por unanimidade, sempre que os referidos acordos incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas.
5. O exercício das competências atribuídas pelo presente artigo no domínio da política comercial não afectará a delimitação de competências entre a União e os Estados-Membros e não conduzirá à harmonização das disposições legislativas ou regulamentares dos Estados-Membros, na medida em que a Constituição exclua essa harmonização.

Observações

1. *Por razões políticas, o Praesidium optou por não apresentar um texto inteiramente baseado nas recomendações do Grupo VII neste domínio, mas sim propor a manutenção de uma referência à derrogação para efeitos de negociação e celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, sempre que os referidos acordos incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas. Recorde-se que, a nível do Grupo VII, se havia registado uma vasta orientação a favor do recurso à votação por maioria qualificada em todos os domínios da política comercial, incluindo os serviços e a propriedade intelectual (sem prejuízo das actuais restrições à harmonização em determinados domínios das políticas internas). Esta recomendação mereceu um vasto apoio aquando do debate em plenário. O Praesidium registou, todavia, reservas de membros da*

Convenção, alguns dos quais manifestaram o desejo de manter as actuais derrogações, enquanto outros salientaram a necessidade de evitar uma harmonização em domínios das políticas internas através de acordos internacionais celebrados por maioria qualificada. As derrogações previstas no n.º 5 do actual artigo 133.º do TCE foram mantidas neste projecto de artigo, embora o texto proposto tenha sido simplificado em relação ao texto actual, nomeadamente para ter em conta as recomendações do Grupo de Trabalho "Simplificação" no que respeita aos instrumentos e processos.

2. *O n.º 1 retoma o n.º 1 do artigo 133.º do TCE, acrescentando as trocas de mercadorias e serviços e os aspectos comerciais da propriedade intelectual, bem como os investimentos estrangeiros directos (ver igualmente artigo anterior – esta referência aos investimentos estrangeiros directos foi incluída para reconhecer o facto de os fluxos financeiros completarem o comércio de mercadorias e constituírem hoje em dia uma parte muito considerável das trocas comerciais). No n.º 4, foi mantida uma derrogação no que respeita à negociação e celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual (ver observações sobre este número).*
3. *Além disso, o n.º 1 foi completado com uma referência ao artigo 1.º deste Título, que enuncia os princípios e objectivos da acção externa, de acordo com a recomendação do Grupo VII no sentido de concentrar esses mesmos princípios e objectivos num único artigo horizontal que abranja todo o Título. Para referência, eis o texto do n.º 1 do artigo 133.º do TCE: "A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de protecção do comércio, tais como as medidas a tomar em caso de dumping e de subvenções."*
4. *Quanto ao n.º 2, propõe-se a aplicação do processo legislativo normal para a aprovação de medidas de execução. Recorde-se, neste contexto, que as medidas internas neste domínio têm sido aprovadas por maioria qualificada desde o Tratado de Roma. Esta mudança responde também à recomendação do Grupo VII no sentido de reforçar o papel do Parlamento Europeu no domínio da política comercial (CONV 459/02, pág. 8).*
5. *O n.º 3 baseia-se no n.º 3 do artigo 133.º do TCE (deslocando para o início do texto a referência ao artigo que virá substituir o artigo 300.º do TCE). Atendendo a que o Grupo VII recomendou o reforço do papel do Parlamento Europeu neste domínio (CONV 459/02, pág. 8), a excepção relativa à política comercial, que consta do n.º 3 do artigo 300.º do TCE, foi suprimida no artigo 33.º do presente Título, relativo à celebração de acordos, que substitui o artigo 300.º do TCE.*
6. *O n.º 4 retoma a derrogação constante do n.º 5, segundo parágrafo, do artigo 133.º do TCE, relativo à negociação e celebração de acordos no domínio do comércio de serviços e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, sempre que os referidos acordos incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas*

internas, especificando todavia que, no domínio dos serviços, a derrogação diz respeito aos serviços que impliquem deslocações de pessoas. Conforme constatou o Tribunal no seu parecer 1/94 (ponto 44), as prestações transfronteiriças de serviços que não implicam a deslocação do prestador para o país do beneficiário, ou vice versa, têm algumas semelhanças com uma troca de mercadorias que, sem dúvida alguma, depende da política comercial comum.

7. *O n.º 5 reflecte duas recomendações do Grupo VII que visavam dar resposta à suas duas reservas: por um lado, a segunda parte da alínea c) da recomendação n.º 8 (sublinhada): "Foi amplamente apoiada pelo Grupo de Trabalho a ideia de recorrer à VMQ em todos os domínios da política comercial, sem prejuízo das actuais restrições à harmonização em determinados domínios de política interna" (CONV 459/02, página 7); por outro lado, a última parte da recomendação n.º 4 (CONV 459/02, página 4), segundo a qual "o Tratado deverá mencionar que a União é competente para celebrar acordos em matéria que se insiram no âmbito das suas competências internas" e "a nova disposição do Tratado deverá também especificar que o Conselho deve deliberar sobre esses acordos mediante um processo de votação idêntico ao aplicável às deliberações legislativas internas sobre as mesmas matérias (em princípio, VMQ)", mas "esta disposição não deverá alterar minimamente a delimitação de competências entre a UE e os Estados-Membros".*
8. *Caso a Convenção pretenda manter excepções à competência exclusiva da União, em conformidade com o n.º 6, segundo parágrafo, do artigo 133.º do TCE, segundo o qual os acordos no domínio do comércio de serviços culturais e audiovisuais, de serviços de educação, bem como de serviços sociais e de saúde humana, são da competência partilhada, convirá prever a introdução desta excepção no n.º 2 do artigo 11.º da Parte I da Constituição (Título III, Competências da União).*
9. *Os artigos 132.º e 134.º do TCE não foram incluídos no texto. O artigo 132.º não foi utilizado (o n.º 1 do artigo 133.º, retomado no artigo 3.º do presente Título, contempla já a política de exportação. O artigo 134.º do TCE não é utilizado desde 1993, por ser incompatível com o mercado interno (já não existem fronteiras internas).*

*

* *

CAPÍTULO 3: COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES TERCEIROS E AJUDA HUMANITÁRIA

I. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Artigo 25.º

1. A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento é conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título. A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento e as políticas dos Estados-Membros no mesmo domínio completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente.
2. A União e os Estados-Membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos aprovados no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais competentes.

Observações

1. *O artigo 25.º baseia-se no artigo 177.º do TCE, encurtado porque foi suprimida a enumeração dos objectivos nele contidos (n.ºs 1 e 2), substituída por uma referência ao artigo sobre os princípios e objectivos da acção externa da União.*
2. *Foi suprimido o artigo 178.º do TCE, nos termos do qual "a Comunidade terá em conta os objectivos a que se refere o artigo 177.º nas políticas que puser em prática e que sejam susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento", dado ter sido introduzida no artigo 1.º, relativo aos princípios e objectivos da acção externa, uma disposição geral sobre a coerência.*

Artigo 26.º

1. O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução da política de cooperação para o desenvolvimento, que podem dizer respeito a programas plurianuais de cooperação com países em vias de desenvolvimento ou a programas com uma abordagem temática.

2. A União pode celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos referidos no artigo 1.º do presente Título. Esses acordos serão negociados e celebrados nos termos do artigo 33.º do presente Título.

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

3. O Banco Europeu de Investimento contribuirá, nas condições previstas nos respectivos estatutos, para a execução das medidas a que se refere o n.º 1.
4. O disposto no presente artigo não afecta a cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, no âmbito da Convenção ACP-CE.

Observações

1. *O artigo 26.º baseia-se nos actuais artigos 179.º e 181.º do TCE, fazendo-se uma actualização das referências nos n.ºs 1 e 2 do projecto (n.º 1 do artigo 179.º e artigo 181.º) na sequência dos trabalhos da Convenção, em especial das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação.*
2. *O n.º 3, sobre o Banco Europeu de Investimento, retoma integralmente o n.º 2 do artigo 179.º do TCE.*
3. *O n.º 4 retoma na íntegra o n.º 3 do artigo 179.º do TCE. Saliente-se, porém, que a Convenção deverá pronunciar-se sobre a questão de saber se convirá manter uma disposição para a cooperação com os países ACP ou, pelo contrário, suprimi-la, uma vez que não há necessidade de uma política ou de um financiamento separados (recorde-se, a propósito, o vasto apoio reservado pelo Grupo VII à integração do Fundo Europeu de Desenvolvimento – FED – no orçamento da União).*

Artigo 27.º

1. A União e os Estados-Membros coordenarão as respectivas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e concertar-se-ão sobre os seus programas de ajuda, inclusivamente nas organizações internacionais e em conferências internacionais, com o objectivo de fomentar a complementaridade e a eficácia das suas acções. Podem empreender acções conjuntas. Os Estados-Membros contribuirão, se necessário, para a execução dos programas de ajuda da União.
2. A Comissão pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação a que se refere o n.º 1.
3. No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes.

Observações

O artigo 27.º baseia-se no artigo 180.º do TCE e no primeiro parágrafo do artigo 181.º do TCE. O texto foi ainda reforçado no que respeita à "complementaridade e eficácia" das acções da União e dos Estados-Membros, elemento evocado no âmbito dos trabalhos do Grupo VII (ver ponto 54 do relatório).

II. COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS

Artigo 28.º

1. Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, nomeadamente dos artigos 25.º a 27.º do presente Título, relativos à cooperação para o desenvolvimento, a União realizará, no âmbito das suas competências, acções de cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros. Essas acções serão coerentes com a política de desenvolvimento da União. As acções da União e dos Estados-Membros completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente. Serão conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título.
2. O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução do n.º 1.
3. No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As modalidades de cooperação da União poderão ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras envolvidas, acordos esses que serão negociados e celebrados em conformidade com o artigo 33.º do presente Título. O Conselho deliberará por unanimidade no que diz respeito aos acordos de associação a que se refere o n.º 2 do artigo 32.º do presente Título e aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União.

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

Observações

O projecto de artigo baseia-se no artigo 181.º-A do TCE, aditado em Nice. Chama-se a atenção da Convenção para o facto de o projecto de texto incluir uma proposta de alteração do texto actual no que respeita ao procedimento referido no n.º 2, dado que o projecto segue as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação relativamente à generalização do processo de co-decisão (texto do artigo 181.º-A: "O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará as medidas necessárias...").

Artigo 29.º

Sempre que a situação num país terceiro exija assistência financeira com carácter urgente por parte da União, o Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará, por maioria qualificada, as medidas necessárias.

Observações

Novo artigo que visa criar uma base jurídica específica para ajudas financeiras aos países terceiros sempre que seja necessária uma acção urgente. A Declaração n.º 10 da CIG anexa à Acta Final do Tratado de Nice explicita que o artigo 181.º-A do TCE não se aplica às ajudas à balança de pagamentos de países terceiros. Os actos relativos a essas ajudas deverão, pois, na fase actual, continuar a ser aprovados com base no artigo 308.º do TCE (e, portanto, por unanimidade), caso não seja estabelecida nenhuma base jurídica específica. Atendendo ao carácter urgente de tal assistência, propõe-se que as medidas necessárias sejam aprovadas por maioria qualificada.

III. AJUDA HUMANITÁRIA

Artigo 30.º

1. As acções da União no domínio da ajuda humanitária serão conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título. Essas acções visarão prestar pontualmente assistência, socorro e protecção às populações dos países terceiros vítimas de catástrofes de origem humana ou natural, de modo a fazer face às necessidades humanitárias resultantes dessas diferentes situações. As acções da União e dos Estados-Membros completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente.
2. As acções de ajuda humanitária serão desenvolvidas em conformidade com os princípios do direito internacional humanitário, especialmente com os princípios da imparcialidade e da não discriminação.
3. O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro necessárias que definam o quadro em que serão executadas as acções de ajuda humanitária da União.
4. A União poderá celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos a que se refere o artigo 1.º. Esses acordos serão negociados e celebrados nos termos do artigo 33.º do presente Título.

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

5. A fim de enquadrar os contributos comuns dos jovens europeus para as acções humanitárias da União, é criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária. O estatuto e o funcionamento deste Corpo de Voluntários serão definidos por uma lei europeia aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.
6. A Comissão poderá tomar todas as iniciativas úteis para promover a coordenação entre as acções da União e as dos Estados-Membros, a fim de reforçar a eficácia e a complementaridade dos mecanismos da União e dos mecanismos nacionais de ajuda humanitária.
7. A União velará por que as suas acções humanitárias sejam coordenadas e coerentes com as das organizações e organismos internacionais, especialmente aqueles que fazem parte do sistema das Nações Unidas.

Observações

1. *Novo artigo, que segue o projecto do n.º 6 do artigo 12.º da Constituição, no qual este domínio é explicitamente referido como uma competência partilhada. A ajuda humanitária não tem base jurídica específica nos Tratados actuais, sendo posta em prática de acordo com as normas do Regulamento (CE) n.º 1257/96 do Conselho, de 20 de Junho de 1996 (base jurídica: artigo 179.º, ex-130.º-W do TCE).*
2. *A estrutura de base dos artigos retoma a da cooperação para o desenvolvimento, embora, no n.º 1, ponha a tónica no carácter específico das acções humanitárias. A descrição baseia-se nas definições constantes do regulamento acima referido (a ajuda alimentar, por exemplo, será prestada sem condicionalidade no que respeita ao objectivo a longo prazo de consolidação do Estado de direito ou de desenvolvimento sustentável – nos termos do Regulamento n.º 1257/96, a assistência "não pode ser orientada ou estar sujeita a considerações de carácter político").*

3. *O n.º 2 identifica os princípios de base da ajuda humanitária: que as acções sejam desenvolvidas em conformidade com os princípios do direito internacional humanitário e, em especial, com os princípios da imparcialidade e da não-discriminação. O primeiro destes princípios implica que as decisões no âmbito da ajuda humanitária sejam tomadas de forma imparcial e exclusivamente em função das necessidades e interesses das vítimas. O segundo implica que a ajuda humanitária seja concedida com base na não-discriminação das vítimas por razões de ordem racial, étnica, religiosa, de sexo, idade, nacionalidade ou filiação política (ver Regulamento n.º 1257/96 e relatório do Grupo VII, CONV 459/02, ponto 57).*
4. *Os n.ºs 3 e 4 dizem respeito aos processos de aprovação dos actos de execução e à celebração de acordos com países terceiros e organizações internacionais (adaptações à luz dos trabalhos da Convenção).*
5. *Os n.ºs 5 e 6 tratam da coordenação entre a União e os Estados-Membros e da coordenação com organizações e organismos internacionais.*

*

* *

CAPÍTULO 4 : MEDIDAS RESTRITIVAS

Artigo 31.º

1. Sempre que uma decisão relativa a uma posição ou acção da União aprovada nos termos das disposições em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, constantes do Capítulo 1 do presente Título, preveja a interrupção ou a redução, total ou parcial, das relações económicas e financeiras com um ou mais países terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, toma as medidas necessárias e informa o Parlamento Europeu.
2. Nos domínios a que se refere o n.º 1, o Conselho, de acordo com o mesmo processo, pode aprovar medidas restritivas relativamente a pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades não estatais.

Observações

1. *O n.º 1 retoma o artigo 301.º do TCE e inclui ainda uma referência às relações financeiras, a fim de abranger os domínios referidos no artigo 60.º do TCE. O Conselho delibera sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, a fim de assegurar a coordenação das medidas propostas. Este capítulo diz respeito à tomada de medidas restritivas decorrentes de uma decisão de política externa abrangida pelas disposições do Capítulo 1. As medidas restritivas que a União pode introduzir depois de constatada violação das regras de origem por um país terceiro são abrangidas pelo Capítulo 5, relativo aos acordos internacionais.*

O texto introduz uma nova disposição, relativa à informação do Parlamento Europeu.

2. *Actualmente os Tratados só prevêem bases jurídicas para medidas restritivas relativamente aos Estados. Ora, na prática, tem-se revelado necessário, por vezes, poder tomar outros tipos de medidas. Este número cria uma base jurídica, a fim de permitir que a União tome medidas restritivas relativamente a pessoas singulares ou colectivas, a grupos não estatais, etc..*

*

* *

CAPÍTULO 5: ACORDOS INTERNACIONAIS

Artigo 32.º

1. A União pode contrair obrigações mediante a celebração de acordos com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais, nos casos em que as disposições da Constituição prevejam a celebração de tais acordos.
2. A União pode celebrar acordos de associação com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais. Esses acordos criam uma associação, caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções em comum e procedimentos especiais, com um ou vários Estados terceiros ou organizações internacionais.
3. A União pode celebrar os acordos internacionais cuja celebração seja necessária para alcançar um objectivo da União ou esteja prevista num acto legislativo da União, ou que afectem um acto interno da União.
4. Os acordos celebrados pela União vinculam as instituições da União e os Estados-Membros.

Observações

O desaparecimento dos pilares exige a fusão das disposições relativas à competência externa da União no domínio da PESC (artigo 24.º do TUE), da JAI (artigo 38.º do TUE) e comunitário (n.º 1 do artigo 300.º do TCE).

O actual n.º 1 do artigo 300.º do TCE apenas refere a competência externa explícita da Comunidade, ou seja, os "casos em que as disposições do Tratado prevêm a celebração de acordos". Trata-se dos artigos 133.º do TCE (política comercial comum), 177.º a 181.º do TCE (cooperação para o desenvolvimento), 111.º do TCE (política monetária), 170.º do TCE (política da investigação e do desenvolvimento tecnológico), 174.º do TCE (política do ambiente), 182.º a 188.º do TCE (associação dos países e territórios ultramarinos) e 310.º do TCE (associação com Estados terceiros ou organizações internacionais).

Todavia, por força da jurisprudência do Tribunal de Justiça, a competência externa da União pode não apenas resultar de uma atribuição explícita do Tratado, mas também decorrer, de modo implícito, das disposições deste. É esse o caso:

- *sempre que a competência externa da União seja necessária para a realização de um dos objectivos enunciados no Tratado, embora a União ainda não tenha aprovado nenhum acto legislativo a nível interno (parecer 1/76 do Tribunal, de 26 de Abril de 1977, 2/91 do Tribunal, de 19 de Março de 1993, e 1/94 do Tribunal, de 15 de Novembro de 1994), e*
- *sempre que a competência externa da União seja necessária para a aplicação uniforme do direito comunitário quando a União já tenha exercido a sua competência interna (Acórdão do Tribunal "AETR", de 31 de Março de 1971, e pareceres 1/92 do Tribunal, de 10 de Abril de 1992, e 2/92 do Tribunal, de 24 de Março de 1995).*

Com base nesta jurisprudência, o Grupo VII formulou recomendações segundo as quais:

- *O Tratado deverá mencionar que a União é competente para celebrar acordos em matérias que se insiram no âmbito das suas competências internas;*
- *A nova disposição do Tratado deverá também especificar que o Conselho deve deliberar sobre esses acordos mediante o processo de votação aplicável às deliberações legislativas internas sobre as mesmas matérias (em princípio, votação por maioria qualificada).*

Esta disposição não deverá alterar minimamente a delimitação de competências entre a UE e os Estados-Membros.

O projecto de artigo 32.º apenas trata da atribuição de competência à União para efeitos de celebração de acordos – competência explícita, nos casos em que a celebração de acordos esteja prevista numa disposição da Constituição (n.º 1) e competência implícita, nos casos em que a celebração de um acordo seja necessária para alcançar um objectivo da União, esteja prevista num acto legislativo da União ou seja necessária para garantir a aplicação uniforme de um acto interno da União (n.º 3).

Este projecto de artigo não trata da natureza exclusiva ou partilhada da referida competência. Efectivamente, esta questão é abordada nos projectos de artigos 11.º e 12.º da Constituição, que indicam:

- *no artigo 11.º, que "a União dispõe de competência exclusiva (...) nos seguintes domínios: (...) política comercial comum, política monetária para os Estados-Membros que tenham adoptado o euro, conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas", sendo essa competência extensiva aos acordos internacionais nesses domínios. O n.º 2 do projecto de artigo 11.º acrescenta que "a União dispõe de competência exclusiva para a celebração de acordos internacionais sempre que tal celebração esteja prevista num acto legislativo da União, seja necessária para dar à União a possibilidade de exercer a sua competência a nível interno, ou afecte um acto interno da União."*

- *no artigo 12.º, os domínios em que a União dispõe de uma competência partilhada com os Estados-Membros. Nalguns desses domínios, a União dispõe de uma competência externa explícita, que partilha com os Estados-Membros. Trata-se nomeadamente dos domínios da cooperação para o desenvolvimento, da política de investigação e desenvolvimento tecnológico e da política do ambiente.*

Artigo 33.º

1. Sem prejuízo das disposições específicas do artigo 24.º do presente Título, os acordos entre a União e Estados terceiros ou organizações internacionais são negociados e celebrados de acordo com o processo a seguir enunciado.
2. O Conselho autoriza a abertura das negociações, aprova as directrizes de negociação e celebra os acordos.
3. A Comissão ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, caso o acordo incida exclusiva ou principalmente na Política Externa e de Segurança Comum, apresenta recomendações ao Conselho, que lhe dá autorização para iniciar as negociações. A Comissão e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União apresentam, se for caso disso, recomendações conjuntas.
4. O Conselho designa, no âmbito da decisão de autorização das negociações, em função da matéria do futuro acordo, o negociador ou o chefe da equipa de negociação da União.
5. O Conselho pode endereçar directrizes de negociação ao negociador do acordo e pode designar um comité especial, que deverá ser consultado para efeitos da condução das negociações.

6. Sob proposta do negociador do acordo, o Conselho decide da sua assinatura e, se for caso disso, da sua aplicação provisória antes da entrada em vigor.
7. O Conselho celebra o acordo sob proposta do negociador. Excepto nos casos em que o acordo incida exclusivamente sobre a Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho só o celebra após consulta ao Parlamento Europeu. O Parlamento dará parecer num prazo que o Conselho pode fixar em função da urgência da questão. Na ausência de parecer dentro desse prazo, o Conselho pode deliberar. O parecer favorável do Parlamento Europeu é todavia obrigatório para os acordos de associação, para a adesão à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como para os acordos que criem um quadro institucional específico mediante a organização de processos de cooperação, os acordos com consequências orçamentais significativas para a União e os acordos que abranjam domínios aos quais seja aplicável o processo legislativo. O Conselho e o Parlamento Europeu podem, em caso de urgência, fixar um prazo para o parecer favorável.
8. Ao celebrar um acordo, o Conselho pode, em derrogação das disposições precedentes, conferir poderes ao negociador do acordo para aprovar alterações, em nome da União, caso o acordo preveja que essas alterações devem ser aprovadas por um processo simplificado ou por um órgão criado pelo acordo; o Conselho poderá submeter essa atribuição de poderes a certas condições específicas.
9. Ao longo de todo o processo, o Conselho delibera por maioria qualificada. Todavia, o Conselho deliberará por unanimidade se o acordo incidir sobre um domínio em que seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas, bem como no caso de um acordo de associação e em caso de adesão à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

10. O Conselho, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou da Comissão, decide da suspensão da aplicação de um acordo e define as posições a tomar em nome da União numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a aprovar decisões que produzam efeitos jurídicos, com excepção das decisões que completem ou alterem o quadro institucional do acordo.
11. O Parlamento Europeu será imediata e plenamente informado de todas as etapas do processo enunciado no presente artigo.
12. O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão, o Banco Central Europeu ou qualquer Estado-Membro podem obter previamente o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um acordo projectado com as disposições da Constituição abrangidas pela competência jurisdicional do Tribunal de Justiça. Em caso de parecer negativo do Tribunal de Justiça, o acordo projectado não pode entrar em vigor, salvo revisão da Constituição nos termos do processo previsto no artigo [N], .

Observações

O Grupo VII recomendou "que o Tratado inclua um único grupo de disposições sobre a negociação e celebração de acordos internacionais, que estabeleçam que o Conselho autoriza a abertura de negociações, emite directrizes de negociação e celebra os acordos, e que indiquem a quem cabe actuar em nome da UE consoante o objecto do acordo."

Sempre que o âmbito de aplicação de um acordo se insira simultaneamente na actual esfera de competências da Comunidade e nos actuais Títulos V ou VI do TUE, o Grupo recomenda que "tanto quanto possível se celebre um único acordo, e que o processo de negociação seja decidido pelo Conselho, consoante o objecto principal do acordo e a sua base jurídica. Neste contexto, o Conselho deveria também indicar a quem compete negociar em nome da União: por exemplo, à pessoa que detém o cargo de Alto Representante e à Comissão, em conjunto, ou apenas à Comissão ou ao Alto Representante, sob a supervisão de um comité."

O texto proposto retoma esta recomendação integrando o procedimento descrito nos artigos 24.º e 38.º do TUE no actual procedimento do artigo 300.º do TCE e desenvolvendo-o a fim de ter em conta a hipótese da criação da função de Ministro dos Negócios Estrangeiros da União.

Artigo 34.º

1. Em derrogação do disposto no artigo 33.º, o Conselho, deliberando por unanimidade, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão, após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, e após consulta ao Parlamento Europeu, de acordo com os mecanismos processuais referidos no n.º 3, pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do euro em relação às moedas extra-União. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão, e após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, pode adoptar, ajustar ou abandonar as taxas centrais do euro no sistema de taxas de câmbio. O Presidente do Conselho informa o Parlamento Europeu da adopção, do ajustamento ou do abandono das taxas centrais do euro.
2. Na ausência de um sistema de taxas de câmbio em relação a uma ou mais moedas extra-União, na acepção do n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, quer por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, quer por recomendação do Banco Central Europeu, pode formular orientações gerais para uma política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Essas orientações gerais não afectam o objectivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais, ou seja, a manutenção da estabilidade dos preços.
3. Em derrogação do disposto no artigo 33.º, caso devam ser negociados acordos entre a União e um ou mais Estados ou organizações internacionais no que respeita a questões relacionadas com o regime monetário ou cambial, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide sobre os mecanismos para a negociação e a celebração dos acordos. Esses mecanismos devem assegurar que a Comunidade expresse uma posição única. A Comissão será plenamente associada a essas negociações.

4. Sob reserva do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide sobre a posição da União a nível internacional relativamente às questões que se revistam de especial interesse para a União Económica e Monetária, bem como sobre a sua representação, de acordo com a repartição de competências prevista nos artigos X [ex-99.º] e Y [ex-105.º].
5. Sem prejuízo das competências e dos acordos da União no domínio da União Económica e Monetária, os Estados-Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

Observações

O texto proposto retoma o texto do actual artigo 111.º do TCE, limitando-se a substituir a referência ao ECU pela referência ao euro e não retomando o segundo parágrafo do n.º 3, dado que o n.º 4 do projecto de artigo 33.º contém uma disposição geral.

O Grupo VI reconheceu que deveria ser reforçada a eficácia dos actuais mecanismos informais (que reflectem o facto de não ter sido implementado o disposto no n.º 4 do artigo 111.º do TCE) para a representação da zona euro em organizações internacionais. Alguns membros do Grupo consideraram que este objectivo poderia ser alcançado através de uma melhor coordenação. Outros gostariam de ir mais além, embora se reconheça que a escolha do tipo de representação pode depender parcialmente da organização internacional em questão. As opiniões divergem entre os que desejam ver este papel desempenhado essencialmente pelo Presidente do Eurogrupo e os que preferem – através da introdução de uma cláusula de habilitação no Tratado – adoptar a prática seguida no domínio da política comercial, confiando essa tarefa à Comissão. O n.º 4 do artigo proposto não dá, portanto, solução a esta questão e deixa ao Conselho a escolha de nomear um representante da União, que é na realidade um representante da zona euro: quer o presidente do Conselho ECOFIN, quer a Comissão, o que seria mais coerente com o resto da Constituição, na medida em que a política monetária é uma competência exclusiva para os Estados-Membros que adoptaram o euro.

*

* *

CAPÍTULO 6: RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS PAÍSES TERCEIROS E DELEGAÇÕES DA UNIÃO

Artigo 35.º

1. A União estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.

Além disso, a União assegurará com todas as outras organizações internacionais as ligações que considere oportunas.

2. A aplicação do número anterior cabe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e à Comissão.

Artigo 36.º

1. As delegações da União nos países terceiros e junto das organizações internacionais assegurarão a representação da União.
2. As delegações da União funcionarão sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e em estreita cooperação com as missões dos Estados-Membros.

Observações

1. *Os n.ºs 1 e 2 deste artigo baseiam-se nos artigos 302.º, 303.º e 304.º do TCE. É aditada uma referência à OSCE na enumeração das organizações internacionais com as quais a União estabelece uma cooperação útil, tendo nomeadamente em conta as relações estabelecidas com essa organização no quadro do desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum.*
2. *O n.º 2 determina que a aplicação do disposto no n.º 1 cabe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e à Comissão.*
3. *O n.º 3 estabelece o papel de representação desempenhado pelas delegações da União nos países terceiros e junto das organizações internacionais.*
4. *A questão da representação única da eurozona nas instituições financeiras internacionais será tratada nos projectos de artigos relativos à política monetária.*

*

* *

PARTE II

CAPÍTULO X: SOLIDARIEDADE

Artigo X (Aplicação da cláusula de solidariedade)

1. Com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, o Conselho aprovará actos que definam um quadro para a aplicação da cláusula de solidariedade a que se refere o artigo X da Parte I. Esses actos serão aprovados em conformidade com as disposições pertinentes da Constituição.
2. Se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista, os outros Estados-Membros prestar-lhe-ão assistência a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado. Para o efeito, os Estados-Membros coordenar-se-ão no quadro do Conselho.
3. No âmbito do presente artigo, o Conselho será assistido pelo Comité Político e de Segurança e pelo Comité Permanente de Segurança Interna, que lhe apresentarão, se for caso disso, pareceres conjuntos.
4. Para que a União possa agir de modo eficaz, o Conselho Europeu, com base num relatório do Conselho, procederá a uma avaliação regular das ameaças com as quais a União se confronta.

Observações

Este artigo segue directamente as recomendações do Grupo VIII sobre a introdução de uma cláusula de solidariedade na Constituição e descreve as modalidades da sua aplicação.

O n.º 1 descreve a aplicação desta cláusula no que respeita à prevenção da ameaça terrorista, à protecção das instituições democráticas e da população civil em caso de ataque terrorista. Dado que esta cláusula prevê o recurso a todos os meios de que a União dispõe, incluindo os dos Estados-Membros, nomeadamente os meios militares, a proposta para a definição do quadro geral deverá ser apresentada conjuntamente pela Comissão e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Pela mesma razão, é impossível prever um sistema de votação uniforme para a utilização de todos os meios, incluindo, por um lado, os que estão actualmente submetidos à votação por maioria qualificada e, por outro lado, aqueles cuja utilização só pode ser decidida por unanimidade, como os meios militares. Por conseguinte, o artigo prevê procedimentos que estão em conformidade com as disposições da Constituição relativas ao processo de aprovação de cada um dos actos que constituirão a generalidade do quadro geral. O papel do Parlamento Europeu será, pois, aquele que está previsto nos processos pertinentes.

No que respeita à assistência a um Estado-Membro na sequência de um ataque terrorista, é necessário que os Estados actuem imediatamente após o acontecimento. Essa é a razão pela qual o n.º 2 prevê o desencadeamento automático da assistência a pedido do Estado-Membro em questão. Este deverá especificar as suas necessidades e os outros Estados coordenarão, no Conselho, as acções e os meios necessários para resolver a situação.

O n.º 3 faz referência à preparação dos trabalhos do Conselho pelo Comité Político e de Segurança e o Comité Permanente de Segurança Interna (responsável, entre outros aspectos, pela coordenação da acção das autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo as autoridades policiais e aduaneiras). Na verdade, a definição das funções destes dois comités (artigo 22.º da Parte II da Constituição, artigo X da Parte II da Constituição, Título: Espaço de liberdade, de segurança e de justiça) corresponde ao tipo de conhecimentos especializados de que o Conselho poderá precisar; simultaneamente, a fim de garantir a eficácia da acção, é importante que os pareceres de ambos os comités sejam coerentes e coordenados, razão pela qual se inseriu o período que prevê que possam emitir pareceres conjuntos.

O n.º 4 deste artigo corresponde à recomendação do Grupo VIII, que propõe que o Conselho Europeu proceda regularmente a uma avaliação das ameaças com as quais a União se confronta, por forma a fazer funcionar um sistema de alerta rápido.
